

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

29.11.2017

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****29.11.2017**

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Havendo número regimental, declaro aberto os trabalhos da nossa 16ª Reunião Ordinária, da Comissão de Constituição e Justiça, da Terceira Sessão Legislativa do Segundo Biênio da 18ª Legislatura.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados, Geraldo Cruz, deputada Marta Costa, deputado Gilmaci Santos, deputado Márcio Camargo, nobre deputado Roque Barbiere, nosso vice-presidente, deputado Carlos Cezar, o sempre doutor, professor, Antônio Salim Curiati. Também conosco está o deputado Marco Vinholi, nosso relator do orçamento. Também com muita alegria recebendo o deputado Paulo Correa e o deputado Caio França que já foi vice-presidente desta Comissão. Agradecer a presença do deputado Paulo Correa que foi o deputado que fez o convite ao nosso secretário Dr. Fabrício Cobra, da Secretaria da Pasta de Turismo do Governo do Estado de São Paulo, para estar conosco nesta tarde. E poder trazer, conversar com os deputados, obviamente, assessorias, impensas, que a todos recebemos com muito carinho, com muito respeito, sobre todas as questões da Secretaria de Turismo dando enfoque principal naquele que hoje é quase o tema central, secretário Fabrício, aqui da Assembleia.

Claro que temos vários projetos importantes de iniciativa dos deputados, de iniciativa de outros poderes. Mas não tenho a menor sombra de dúvidas que hoje a Casa tem um debate contínuo e na condição e qualidade que eu sempre agradeço esses pares por me colocar aqui na presidência da CCJ, muito mais pelo carinho dos pares do que pela competência.

Mas dizer que a nós nos chega todos os dias, de vários gabinetes, sempre com muita ansiedade, isso significa respeito e vontade de ver os MITs aprovados, debatidos. Esse projeto de MIT hoje, de Municípios de Interesses Turísticos é sem sombra de dúvidas aqui na Casa um dos projetos mais importantes, onde os deputados se debruçam, vão falar nas prefeituras, conversam com vereadores, atendem a sociedade

que quer e tem o sonho, a vontade, de ver o seu município se transformar em município de interesse turístico.

O senhor quando foi convidado pelo deputado Paulo Correa, obviamente teve todo o nosso aceno, todo nosso aplauso e também nosso compromisso de estarmos juntos aqui nesta tarde para ouvi-lo e depois, no momento oportuno, como é de praxe regimental da Casa -deputado Geraldo Cruz sabe disso- nós abrimos a palavra aos nobres pares, deputados e deputadas para que façam os questionamentos, tirem suas dúvidas e possam também colaborar com nosso governo. Muito obrigada pela presença de vossa excelência. Nós temos uma pauta, se houver concordância dos nobres pares, essa pauta ficará para depois da apresentação.

O SR. ROQUE BARBIERE – PTB - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Pela ordem, deputado Roque Barbieri.

O SR. ROQUE BARBIERE – PTB Até para facilitar, em respeito a vinda do secretário, eu gostaria de pedir vista do item um ao 69, que aí já ficava resolvido nosso problema de tempo para que o secretário pudesse...

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - ...um minutinho só. O senhor quer dizer que o 69 é o último?

O SR. ROQUE BARBIERE – PTB - É. O resto são duas conclusivas e uma moção.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Obrigada. Vamos fazer o seguinte, secretário Fabrício Cobra, me dê mais 30 segundos.

O SR. MÁRCIO CAMARGO – PSC - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Pela ordem, deputado Márcio Camargo, por favor.

O SR. MÁRCIO CAMARGO – PSC - Sra. Presidente, eu vou ter que me ausentar, está tendo a CPI para dar quórum, mas acho que vai dar para manter aqui, terminando eu volto para cá.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Nós lamentamos profundamente sempre a ausência de V. Exa. por nos ajudar sobremaneira nesta comissão. E hoje é a oportunidade de ouvirmos nosso secretário. Agradeço o deputado Márcio Camargo.

São dois itens, deputado Roque Barbieri. O número um já foi aprovado em congresso, então V. Exa. não tem como fazer o pedido de solicitação de vista. E o item dois está em tramitação de urgência, também não tem a possibilidade de V. Exa. solicitar vistas. Os demais itens, depois do número dois até o 69, essa presidência recebe a manifestação de V. Exa, obviamente já...

O SR. GILMACI SANTOS – PRB - ...pela ordem, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Pela ordem, deputado Gilmaci Santos.

O SR. GILMACI SANTOS – PRB - Tendo vista que o nobre deputado pediu vista de todos os itens, sobraram só esses dois, vamos fazer logo a votação desses dois e depois ouvimos o secretário.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Se for bem rápido, nenhum problema. Esse que vou passar agora, extingue o fundo estadual de eletrificação rural, é o Projeto de Lei complementar nº 0029/2017 do senhor governador. Foi o relator o nobre deputado Marcos Zerbini que deu seu parecer favorável ao projeto e contrário as emendas de números um e dois. Como está em tramitação de urgência, não é possível a solicitação de vista. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o parecer.

Queremos registrar com muita alegria a presença do deputado Marcos Zerbini, membro também efetivo desta comissão, sempre presente. Tem mais alguma coisa? Deputado, não sei se V. Exa. se atentou, mas os itens 70, 71 são só redação. O senhor não pediu vista. Ótimo. Colocamos os itens 70 e 71 para apreciação dos nobres pares

também. Lembrando que esses itens são só redação final, portanto é de conhecimento dos nobres pares as duas matérias.

Moção 106, de 2015, deputado Edson Giriboni, autor da matéria, que manifesta repúdio e apela aos Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que não aprovem a proposta de governo de reduzir o repasse do chamado sistema S, em anexo as moções 107, 114, 115, 116, 121, 130, 131, 146, de 2015. Foi relator o nobre deputado professor Dr. Antonio Salim Curiati que propôs redação final. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o parecer. E passamos agora ao último item...

A SRA. MARTA COSTA PSD - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Pela ordem, nobre deputada Marta Costa.

A SRA. MARTA COSTA PSD - Eu queria pedir vista conjunta de todos os projetos, juntamente com o deputado.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deputada Marta Costa, solicitação de vista conjunta, a secretaria já faz a anotação. Me mostra a secretaria que não é o último, mas todos são moções.

Passamos agora a moção 33, de 2017, item 71, autor da matéria deputado Edmir Chedid que apela ao senhor governador a fim de repasse as instâncias de 20% dos valores destinados aos municípios de interesse turístico, nos termos dos artigos quinto da Lei número 16.283, de 2016, até que sejam classificados os municípios de interesse turístico de acordo com os critérios previstos pela Lei complementar de número 261, de 2015. Foi relator da matéria nobre deputado Carlos Cezar que propôs a redação final. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado a redação final.

Passamos agora aos outros dois últimos itens. Item 72 e 73. Ambos são de forma conclusiva a votação. O 72 trata-se do Projeto de lei 372, de 2017, é declaração de utilidade pública, colorado e esporte clube americana, autor da matéria nobre deputado Chico Sardelli, relator da matéria nobre deputado Geraldo Cruz que deu seu parecer

favorável. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o parecer.

Último item da pauta, lembrando que foi solicitação de vista do deputado Roque Barbiere e deputada Marta Costa, vista conjunta dos demais itens da pauta de hoje. O item 73 trata-se da moção 21 de 2017, cujo autor deputado Raul Marcelo também de forma conclusiva, apela ao tribunal de justiça do estado de São Paulo para que tome providencias a fim de ser observada a presunção de veracidade da declaração de pobreza que instrui os pedidos de justiça gratuita, bem como sejam respeitadas as prerrogativas e o sigilo assegurado aos advogados e advogadas no exercício profissional. Relator da matéria nobre deputado, vice-presidente desta comissão, Carlos Cezar, que deu seu parecer favorável. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o parecer.

Deputada Marta Costa, só para informar a senhora que os itens de número 15, 17, 37 e 55 V. Exa. não pode solicitar vista porque já o fez em outra oportunidade.

O SR. GILMACI SANTOS – PRB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Pela ordem, nobre deputado Gilmaci Santos.

O SR. GILMACI SANTOS – PRB - Eu peço vista então desses itens.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deputado Gilmaci Santos pedi vistas dos itens 15, 17, 37 e 55, faz a solicitação de vistas conjunta. Esta presidência já recebe a manifestação de vossa excelência. Encerrada a nossa pauta. E penso que dos anos em que estou aqui na presidência, deve ter sido a pauta mais rápida que a CCJ, pelo menos conosco aqui, fez.

Voltamos com a parte mais importante na data de hoje que é o recebimento da pessoa do secretário da pasta de turismo Fabrício Cobra, para estar conosco no período agora a tarde e trazer informações da secretaria, aquilo que o senhor entender necessário fazer sua exposição. E especialmente, se o senhor assim me permite, fazer o enfoque no MIT que é exatamente o pleito do deputado Paulo Correa, mas tenho certeza que não é

só o pleito dele, mas dos demais deputados aqui, que é um projeto, como já expliquei, de bastante interesse. Agradecemos a presença do senhor.

Quero agradecer de sobremaneira que assim que ligamos a sua assessoria de pronto, no mesmo dia, em menos de uma hora, respondeu a sua vinda para cá na semana passada. Houve o equívoco comigo, eu mesma tive essa falha, peço desculpas ao senhor e a sua assessoria, estava marcado para semana passada, nosso gabinete teve um equívoco, não tem problema, e passamos para hoje. E de pronto o senhor aceitou, aliás, o senhor já propôs que viesse hoje. Dr. Fabrício Cobra, nosso deputado...

O SR. GILMACI SANTOS – PRB - ...pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Pela ordem, deputado Gilmaci Santos.

O SR. GILMACI SANTOS – PRB - Sra. Presidente, apenas para cumprimentar o secretário Fabrício, parabenizar pelo seu trabalho, agradecer sua presença aqui para dar suas contribuições a esta Casa. E dizer que, talvez, esse deputado não consiga ficar até o final da sua palestra, que tem que se retirar, tem outro compromisso. Mas seja bem-vindo e parabéns pelo seu trabalho.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Imagina. Obrigado, deputado.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Obrigada, deputado. Com a palavra, o secretário Dr. Fabrício Cobra.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Boa tarde a todos. Obrigado deputado Célia Leão, pelo convite. É uma honra estar aqui nesta Casa. Acredito que é a primeira vez que eu venho oficialmente. Já estivemos aqui em muitos momentos políticos na Assembleia, mas oficialmente como secretário é a primeira vez e para mim é uma honra imensa estar aqui, o papel do legislativo é fundamental para o desenvolvimento do estado. Em parceria com o executivo eu acho que os dois poderes caminhando juntos e de mãos dadas é muito importante, cada um com suas competências. Isso é importantíssimo.

Queria saudar os deputados: Carlos Cezar, Gilmaci, Marta Costa, Caio França, Paulo Correa, o qual fez o convite. Obrigado pelo convite. O deputado Geraldo Cruz e o

Marcos Zerbini. O convite feito pelo deputado Paulo Correa é para falar um pouco sobre os MITs.

Como bem a senhora ressaltou, hoje é um tema que quase todos os municípios estão se movimentando atrás desse título que a Assembleia está concedendo aos municípios de interesse turístico, que seria uma espécie de segunda classificação depois das instancias. E como tive a oportunidade de falar na última ocasião da assinatura da sanção do projeto de lei, essa lei que é o Projeto de Lei complementar 1.261, de 2015, é uma das leis mais inovadoras e com sucesso que a Assembleia fez recentemente. Mais uma vez parabênzo os deputados por essa lei. Pelo governador Geraldo Alckmin, pela sanção do projeto de lei. A sensibilidade, tanto dos deputados como do governador, para criar esse projeto de lei. Que mais do que ter acesso ao fundo, os 140 municípios que terão acesso ao fundo Dade que as 70 instâncias já têm acesso, ele fez com que os municípios se movimentassem atrás do turismo. Todos os municípios hoje, já são mais de 400 projetos de lei aqui na Assembleia, que dá o total de 300 municípios, estão atrás dos requisitos que a lei exige para que os municípios possam pleitear o título de MIT.

Então atrás de um plano diretor, de turismo, o fluxo de demanda, levantar um inventário das suas atrações turísticas, todos os municípios estão movimentando, criando seu conselho municipal, que é importantíssimo para você ter essa interação, poder público, organização social e entidade privada. Indo atrás daquilo que é a formação, planejamento e pensando no futuro da sua cidade. Então os reflexos que a lei trouxe para o estado de São Paulo, para os municípios, para o turismo, são muito importante. Mais do que o acesso ao fundo, as cidades hoje respiram e pensam no turismo.

Parabênzo mais uma vez a Assembleia por essa iniciativa. Com relação aos MITs, como a deputada Célia comentou, realmente há uma demanda grande, os municípios estão atrás dessa questão do MIT. Quando chegamos na secretária há exatamente quase três meses, dia dois de setembro, o governador me designou para responder pela secretaria de turismo, nós percebemos essa vontade, essa grande procura pelo MIT. Cumprimentar o deputado Jorge Caruso que também está aqui presente.

Para organizar um pouco essa situação, criamos algumas regras do ponto de vista processual para poder ter uma organização e tirar, afastar qualquer tipo de influência que a secretaria poderia falar, que está dando prioridade para um município ou para outro. Nós criamos critérios claros e processuais para podermos dar andamento a este procedimento. Duas medidas foram criadas. Primeiro que a análise dos municípios pela

secretaria e pelo grupo técnico, fosse feito pela ordem cronológica de chegada na secretaria. Para afastar qualquer tipo de acusação que a secretaria estaria passando um município na frente do outro. Foi determinado, está aqui o Vanilson, que é o turismólogo da secretaria. Muitos prefeitos falam com ele. Diariamente ele tem falado com prefeituras, prefeitos, deputados, secretários de turismo, e tirando as dúvidas que cada município tem.

Então essa questão da ordem cronológica foi determinada logo na chegada para evitar esse tipo de confusão, que um município chegou a uma semana, o outro está há seis meses. A análise tem sido feita hoje de forma cronológica da chegada. Eu acredito que estamos analisando agora os de fim de agosto, não é Vanilson? Então os que chegaram no final de agosto, começo de setembro, estão sendo analisados pelo grupo técnico. Cumprimentar o deputado Sebastiao Santos e o deputado Curiati que está voltando.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI – PP - Me desculpe, tive uma emergência. Médico também sofre.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Sofre, sofre bastante.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI – PP - Tive uma emergência, tive que sair abruptamente sem avisar a presidente Célia Leão que merece o meu respeito, a minha consideração. Eu tenho certeza que todos os deputados, funcionários, representantes das diferentes legendas estão aqui. Meu abraço e meu agradecimento pedindo a Deus todo poder que nos abençoe.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Imagina, deputado. Amém. O grupo técnico que eu estava citando, nós também reconstruímos, relocalamos algumas pessoas. Temos o Vanilson que é turismólogo, tem um representante da cultura, um representante do esporte, dois representantes da sociedade civil ligados ao turismo, o grupo foi recomposto e voltou a funcionar a todo o vapor. Isso eles têm feito desde a nossa chegada, tentando analisar o máximo possível de processos que são encaminhados aqui pela Assembleia. Essa questão da ordem cronológica foi uma das primeiras medidas.

A outra foi a questão da juntada de documentos. O processo vai instruído com alguns documentos que a lei tem como requisito, o plano diretor, o fluxo de demanda, o

conselho municipal. O que foi determinado? Que a junção, a instrução do processo fosse feita aqui na Assembleia. O processo nasce aqui, o projeto de lei o deputado apresenta, seja um, tem cidades que tem três, quatro deputados que apresentaram. A documentação é juntada aqui, passa pela Casa, pelas comissões se é enviado e encaminhado para a secretaria. O que acabamos encontrando um pouco? Alguns projetos de lei, alguns processos que estavam lá, a documentação não estava juntada ao processo. E baixamos uma portaria para que essa junção só ocorresse aqui na Assembleia, e não ocorresse na secretaria. É mais um motivo, mais uma medida para evitar qualquer tipo de favorecimento ou acusação de que município A poderia juntar lá enquanto município B estaria aqui na Assembleia aguardando a juntada da documentação, esperando o momento em que todo o processo estivesse concluído. Essa foi uma outra medida, uma portaria que a secretaria baixou para que a documentação, a instrução do processo fosse feita na Assembleia.

De lá para cá a secretaria tem encaminhado alguns pareceres, o grupo técnico analisa, chega a um consenso e eu, como secretário, apenas encaminho para a Assembleia. Algumas cidades vieram positivas, a secretaria disse que estava cumprindo os requisitos que foram perguntados. Algumas cidades o grupo técnico está dizendo que falta documentos. Foi reencaminhado aqui para a Assembleia para que instrução fosse refeita. E alguns o grupo técnico entendeu que não cumpria, não tinha aqueles requisitos. E devolvendo para a Assembleia que é, na verdade, o órgão competente que tem a legitimidade de analisar os processos e tomar a decisão final. É isso que temos feito com relação ao MIT.

Obviamente há uma pressão, uma demanda muito grande por essa questão. Passamos por uma crise financeira nos últimos dois, três anos. Todos os municípios estão com dificuldade. E, sem dúvida nenhuma, ter acesso a um fundo de investimento, como é o Dade é de interesse de todos os municípios de São Paulo. Os municípios estão querendo ser MIT, os deputados, obviamente, cada um tem as suas ligações com alguns municípios, estão trabalhando e ajudando para isso. E entendemos que há essa demanda, essa pressão e essas medidas foram tomadas exatamente para tirar qualquer tipo de levantamento que fosse feito com relação ao trabalho da secretaria. Então a secretaria está tentando ficar neutra nesta questão. É uma análise técnica que é feita no grupo técnico. Cumpriu ou não cumpriu? Cumpriu, falta documento? Volta para a Assembleia.

Deputada, é mais ou menos isso que estamos fazendo. Sempre temos coisas para aprimorar, apreender. Então os deputados, se tiverem alguma sugestão do que estão

vivenciando no daí a dia da comissão, da Assembleia, estamos abertos a ouvir, a aprender e poder melhorar o desenvolvimento. Mas basicamente são essas três medidas que foram feitas, ordem cronológica de chegada na análise, restringir a instrução do processo para a Assembleia e a reconstituição do grupo técnico que faz a análise e eu, como secretário, apenas encaminho aqui para a Assembleia.

O SR. - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Muito obrigada, senhor secretário pela manifestação do senhor. As informações que nos traz. Eu, de fato, estava comigo mesma pensando porque não visualizava os membros deste grupo técnico que eu achava interessante que pudesse estar conosco. Mas, de fato, eu acho que nem o deputado Paulo pensou nisso, eu menos ainda e acabei falhando sem convidá-los, porque seria bastante interessante, não para que fizesse posição, ou que nós perguntássemos a eles, mas que estivesse conosco até para interagir.

O SR. FABRÍCIO COBRA - O Vanilson é o coordenador do grupo técnico.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - O Vanilson é o coordenador, mas tem outros membros bastante interessantes e muito competentes nesta área que poderiam estar conosco. Mas, enfim, não faltará oportunidade. Em 2018, se o secretário aceitar, estaremos convidados o senhor novamente. Lembrar, Samanta, de convidar o grupo técnico para estar conosco. Temos algumas considerações a fazer, secretário, mas as minhas considerações vou deixar mais para o final porque os deputados já estão se movimentando no sentido de pedir a palavra e é muito importante que todos eles tenham a possibilidade nessa tarde porque, como eu disse, é um projeto bastante importante. Pela ordem, deputado Paulo Correa.

O SR. PAULO CORREA JR – PEN - Primeiramente, cumprimentar a nossa presidente que trata a comissão desta Casa e nos orgulha muito em tê-la como nossa companheira, nossa colega e trabalhar junto de uma pessoa tão atenciosa, que sempre atende imediatamente aos deputados e representa muito bem esta Casa na presidência dos trabalhos. Cumprimentar os colegas deputados que aqui estão. Cumprimentar o

senhor secretário. Parabenizá-lo pela postura de atender o convite da Assembleia, atender o convite deste deputado, sua equipe, sua assessoria que o acompanha.

Gostaria também de deixar claro para o secretário que nós tivemos nossas questões, que é natural do mandato, da Casa do legislativo, mas nós superamos com boas conversas e é muito bom quando nós conseguimos nos entender nesse sentido. O que se refere às perguntas que farei aqui é apenas a questão técnica, não proferidas palavras por V. Exa., mas sim por sua assessora, que me chama atenção, sua chefe de gabinete, e que levantou em uma reunião que eu estive e por isso fiz o convite.

Uma dúvida, fui tratar de um município que eu sou o autor da propositura, que é o município de Cubatão, na Baixada Santista. E quando estava ali com dois vereadores e mais oito pessoas representando o prefeito, inclusive estava aqui, o seu técnico estava presente na reunião. Porque o projeto foi apresentado antes da sua entrada, da sua posse na secretaria. E ali vínhamos tratando o projeto. E como era feito antes, respeito as mudanças que houveram, acho que até são melhores assim. Mas o que me chamou atenção foi que a sua chefe de gabinete, Sra. Mariana Duarte Garcia de Lacerda, colocou que esta Casa mandava os projetos todos equivocados e errados, inclusive me pediu para fazer a lição de casa aqui com os deputados, que estávamos fazendo os projetos completamente errados. E colocou que antes da sua entrada, quando chegou, ela mencionou que o secretário da Casa Civil, junto com o ex secretário de turismo Laércio Benko, estavam aprovando os projetos na ilegalidade.

E me chamou atenção: “poxa, estou há tanto tempo trazendo os projetos aqui, brigando por Cubatão, tentando acertar o que faltava de documentação, que esse foi o motivo de minha visita”. Então alguns municípios foram privilegiados, na frente do município que eu estou brigando que é Cubatão? Eu gostaria que o senhor explicasse para nós, o senhor que representa a pasta, não foram palavras suas. Que o senhor explicasse quais são esses atos ilegais que ocorreram com o Samuel Moreira e com o Laércio Benko.

Porque se houveram casos de ilegalidade para dar celeridade aos outros municípios ou processos, como mencionou a sua chefe de gabinete, eu gostaria de conhece-los. A outra questão, para o senhor poder responder todas. O senhor mencionou aqui que o mesmo critério hoje é usado para todos os municípios e todos os projetos de lei, procede?

O SR. FABRÍCIO COBRA - Procede.

O SR. PAULO CORREA JR – PEN - E eu analisando esses últimos na sua gestão, vi que o município de Buritama, Tatuí, Espírito Santo do Pinhal, Brodowski e Rubineia tiveram uma visita técnica. E os outros municípios não tiveram essa visita técnica. Porque só esses municípios tiveram visita técnica e os demais não? Desses últimos que foram aprovados agora. São essas questões apenas que me levam a ter dúvidas, por que um tem visita técnica, por que os outros foram aprovados. Se teve, qual foi o ato ilegal? Acho que essas são minhas perguntas sobre os projetos.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Obrigada, deputado. Por favor, secretário.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Obrigado, deputado. Nós tivemos a oportunidade de conversar posteriormente. E no dia eu estava lá, fiquei alguns minutos, o governador chamou e eu tive que me ausentar. Eu já conversei com o deputado e acho que é uma oportunidade boa, publicamente, para esclarecermos esta questão. Eu respeito o deputado, acredito que a chefe de gabinete não tenha se referido nesses termos. Possa ter tido aí uma má interpretação do que ela tenha falado.

De qualquer maneira eu, como secretário, sou responsável pela pasta e trago o pedido de desculpas ao nobre deputado que em qualquer medida isso em nenhum momento possa ser falado ou possa ser levantado. Não há nenhum tipo de suspeita ou qualquer tipo de menção com relação a essa questão. A posição oficial da secretaria, como secretário, é um pedido de desculpas, até porque na época o fato de eu me ausentar era a segunda ou terceira vez que você tinha tentado agendar. E coloquei isso para os deputados e coloquei para os demais. Entramos lá faltando três meses para acabar o ano. Tem um orçamento de 2017 para ser executado. Era humanamente impossível fazer tudo. Tinha que olhar o passivo dos convênios, as demandas do tribunal de contas, que não são poucas, as demandas dos novos convênios, dos convênios em andamento. Então por algumas vezes nós acabamos tendo que remarcar alguma agenda por essa dedicação, pelo pouco tempo que tínhamos para poder executar o orçamento, tentar dar um encaminhamento em todas as questões da secretaria.

Na época eu liguei para o deputado, conversamos, depois o prefeito de Cubatão esteve lá, os vereadores. Explicamos exatamente o que aconteceu com o relatório, os documentos que estão faltando, o processo voltou para a Assembleia, o deputado está

instruindo. E provavelmente vai voltar para a secretaria. Mas com relação a esse fato, em nenhum momento, em absoluta convicção esse tipo de ilação ou relação possa ser levantado ou falado com relação a sua pessoa, com relação ao secretário, ou ex-secretário, ao qual tenho um bom relacionamento.

Em nenhum momento isso possa ser falado e qualquer tipo de ilação. Se ficou esse mal-entendido, essa má interpretação, de qualquer maneira eu tenho pessoalmente, publicamente, te pedir desculpas, que isso em hipótese alguma possa ser mencionado. Talvez aquilo que possa ter sido um pouco interpretado, isso é público, a Assembleia tem conhecimento, houve o envio de alguns processos antes da minha chegada em que exatamente essa análise do parecer técnico do grupo não estavam no processo.

Então os processos vieram para cá, já haviam sido analisados pelo grupo, mas não havia formalização do parecer. Eu conversei com o deputado da Casa, o presidente da Casa, deputado Cauê Macris e como líder de governo, Barros Munhoz, eu achei por bem que esses processos voltassem para a secretaria para que o documento formal, o parecer pudesse ser juntado e serem reencaminhados para a Assembleia. E assim foi feito, publicamente há um ofício meu, foi publicado no “Diário Oficial” aqui da Assembleia, no caderno da Assembleia. E a Assembleia devolveu esses processos e nós juntamos os pareceres formalmente, muitos deles já haviam sido analisados. Era uma questão e formalizar, tomar uma decisão em conjunto. E assim foi feito e acredito que esses municípios que tinham voltado, já voltaram aqui para a Casa.

Então talvez tenha misturado esta questão desta volta dos processos com a questão de outros processos anteriores. São duas coisas bem distintas. Essa volta foi um pedido da secretaria, um pedido meu por conta dessa ausência. Conversei com o deputado Cauê, achamos melhor: “vai faltar esse documento, algum dia alguém vai levantar que não existe o parecer formal, assinado”. Todos os pareceres são assinados pelos sete técnicos que compõe o grupo técnico. Ele achou, por bem, também devolver e eles terminaram os pareceres e os processos voltaram para a Assembleia. Talvez a forma de expressão dela tenha sido equivocada, infeliz e não se referia a nenhum tipo de ilação da sua pessoa, do secretário ou do ex secretário, a qual reafirmo minha boa relação. E sim, com relação a esses processos que voltaram. Talvez a forma de expressão tenha se equivocado e deixou uma interpretação errada para sua pessoa. Deixando bem claro isso.

O SR. PAULO CORREA JR – PEN - Secretário, eu agradeço. Nem mencionei os fatos ocorridos porque creio que isso já é ultrapassado porque nós nos resolvemos. Mas quero dizer para o senhor que assim como o senhor eu sou formado em direito, sou formado em jornalismo, falo inglês fluentemente, espanhol. E uma coisa que eu sei muito bem é interpretar as coisas, tanto das línguas como em documentos e palavras proferidas. Eu não tive uma má interpretação, foi um fato ocorrido. Mas se foi de maneira equivocada como o senhor está colocando, sem problema nenhum. O que nós estamos aqui é para resolver os problemas dos municípios dentro da legalidade e com a celeridade que todos nós temos, o anseio, que a população também tem.

Secretário, não era necessário. Até agradeço o senhor pela questão do pedido de desculpas, mas não era esse o caso. Mas se foi uma foi uma forma equivocada da sua chefe de gabinete, senhora Mariana, ter colocado essas palavras, porque não tinha só o seu técnico, tinham mais pessoas que ali estavam e que ouviram isso da mesma forma. Não tem problema nenhum. E quero parabeniza-lo mais uma vez pela conduta que está tendo frente à secretaria e pela seriedade que tem dado aos projetos. O que ficou apenas em dúvida foi a questão desses municípios, das visitas técnicas.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Obrigado, deputado. Os municípios que você citou, Buritama, Brodowski, Rubineia, Rufania, eles foram, na verdade, promulgados em agosto, são a primeira leva de 20 municípios. O que o Vanilson está me esclarecendo é que em um primeiro momento eles acharam por bem fazer vistoria em todos os municípios. O que começou a acontecer? A secretaria tem uma estrutura reduzida e os municípios mais distantes ficariam prejudicados.

Essa questão da vistoria, o Vanilson está retomando, ele tem visitado alguns municípios. A ideia é que a vistoria sirva como uma complementação, tem cidade que a documentação está tão completa que não precisa de uma vistoria, está claro ali. A vistoria serviria para esses municípios que ainda não chegaram a uma conclusão sobre as questões aqui levantadas pela Assembleia. O Vanilson deixou bem claro que não foi uma preferência para um, para outro, pelo contrário, até para tornar equalitário o tratamento aos municípios.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Pela ordem. Só para esclarecimento desse ponto. Estamos falando, talvez, de duas coisas distintas, dos novos e dos 20 passados.

Os passados, na sua avaliação, secretário, estavam corretos os procedimentos? Foram cumpridos? Só para esclarecer.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Antes do deputado fazer as respostas, deputado Jorge Caruso, olhando para V. Exa. que eu queria fazer essa manifestação. Primeiro registrar a presença do deputado Marco Vinholi, deputado Padre Afonso Lobato que já tinha nos enviado uma justificativa do atraso, não precisei fazer a leitura. Quero aqui fazer a justificativa, secretário, do deputado André Soares que também pediu que deixasse um abraço ao senhor, mas não pôde estar presente neste momento. Deputado Gilmar Gimenes que também está conosco. E os demais deputados. Deputado Caio França que já falamos. Alguns deputados aqui não são necessariamente da comissão.

Mas ontem nós fizemos até questão absoluta, por exemplo, a presença do deputado Jorge Caruso, como os demais deputados que têm projetos indicados aqui na Casa, oferecidos aqui a pedido dos municípios. Então é nessa direção que depois o senhor já vai fazer a conversa e a resposta ao deputado Jorge Caruso e aos demais deputados. Mas existe sim, deputado, uma ansiedade bastante importante de todos os pares, independentemente da questão político partidária, da coloração político partidária, no sentido dos deputados verem a chegada dos seus projetos, a ida pro Dade.

Ontem, por exemplo, o deputado Itamar Borges, que não poderá estar presente, mas pediu que eu falasse com o senhor aqui na comissão, de forma clara, e aí está o nosso Dr. Vanilson que é o turismólogo, os projetos vão para a o Dade tem que ir, está dentro da lei, e se tivesse uma possibilidade dentro da análise, porque tem o grupo técnico, lógico, que nós respeitamos e precisamos da avaliação desse grupo técnico. Se tivesse uma possível celeridade para que os projetos voltassem à Casa, principalmente nesta reta final, literalmente de final de ano, em que muitas vezes a mesa diretora da Casa, junto com o colégio de líderes, é um procedimento que temos acompanhado, pegam esses projetos que já estão prontos, fazem um pull de projetos e fazem a votação no plenário dando a participação de todos os deputados. Então um pouquinho desse sentimento é o sentimento de todos os deputados que estão aqui.

Os que são da comissão e os que não são, porque todos têm esse interesse, deputado Jorge Caruso e outros que estão aqui. Depois tem mais uma manifestação que eu gostaria de informar, se eu posso chamar isso, com todo respeito, dessa confusão que acontece nessa tramitação e na chegada dos projetos, na qualidade – deputado Carlos

Cezar sabe disso porque é vice-presidente e tem participado – os projetos chegam para nós na CCJ, agora muito menos, mas dos 400 projetos que o senhor diz que tem, ou próximo a isso, lá atrás e em um atrás não muito distante de hoje, chegava para nós fazermos análise, deputado Carlos Cezar e eu, os projetos absolutamente com capa, contra capa e uma folha no meio. Não tinha nenhuma instrução.

Quer dizer, estava absolutamente sem conformidade nenhuma com a lei. Então coube a nós da comissão, em uma conversa que tivemos com a presidência da Casa, com a mesa diretora, em achar uma saída porque, afinal de contas, são todos nobres pares que eu respeito, independente do partido, que entram com projeto e têm direito a entrada desse projeto. Só que eles vinham sem nenhuma instrução. Então tivemos que tomar uma medida de comum acordo, inclusive com o colégio de líderes, de devolver o projeto ao deputado, ao gabinete e pedimos a ele e a sua assessoria que fizesse, junto com a prefeitura, a instrução dos processos.

Então eu penso um pouquinho, deputado Paulo Correa, não respondendo a V. Exa. porque quem faz as respostas aqui é o secretário, mas um pouco dessa confusão enorme que vivenciamos aqui, agora menos, as coisas já estão mais organizadas, mas sem fazer nenhuma nomeação, mas ontem eu fui fazer uma distribuição de projetos. E entre os projetos que eu fui fazer tinham dois de MIT para distribuir para um relator, qualquer um dos senhores. Esses dois projetos tinham folha, capa e contracapa, quer dizer, nenhuma instrução. Ontem, no final do ano. Então, obviamente eu devolvi para que o senhor deputado pudesse fazer a instrução. Eu acho que um pouco é esse afã. Não é má vontade dos parlamentares, nem falta de competência das assessorias, mas a ansiedade de fazer esses projetos prosperarem. Só queria dar essa contribuição.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Sem dúvida, deputada. Inclusive eu...

O SR. GILMAR GIMENES – PP - ...eu queria...

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deputado Gilmar Gimenes com a palavra.

O SR. GILMAR GIMENES – PP - Eu queria complementar, secretário com uma situação que estou incomodado. Já que você vai responder em relação a isso, eu queria complementar. Eu tive algumas situações que apresentamos várias cidades, que

percebemos que entraram juntos para a análise. Dentre essas tinha uma minha e tinha mais umas 15 cidades, sendo que quatro da minha região. Sendo que uma determina empresa foi colocada para ser feito um trabalho de preparação dos documentos.

Esta empresa foi apresentada por um deputado dizendo: “olha, se você fizer o trabalho com a empresa X isso facilita, eles têm experiência”, “tudo bem”, a minha cidade não aceitou porque eu entendi que não deveria fazer, que não haveria necessidade já que tinham técnicos, pessoas qualificadas para ir fazendo o trabalho já que lá não tinha nenhuma situação que não pudesse ser comprovada. E para a minha surpresa, as quatro cidades que essa empresa fez o trabalho, saíram aprovadas no primeiro momento, e a minha cidade não.

Quero deixar claro que isso foi antes da sua chegada. Mas eu quero que se levante isso também. Por que essas cidades em que essa determinada empresa fez esse trabalho foram aprovadas de imediato? Acho que cabe um levantamento em relação a isso.

O SR. - Sra. Presidente, pela ordem.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Nobre deputado Geraldo Cruz que já tinha feito a manifestação de pedir e faz tempo. Eu vou passar a ele a palavra, deputado Caio.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Essa questão de ordem que eu queria fazer a Vossa Excelência. Como o deputado fez o questionamento e o secretário estava respondendo, eu achei que você ia seguir uma ordem de inscrição também. Chegou meu amigo Caruso, que todos eles podem falar muito bem, mas se não vai seguir essa regra eu já interrompo. Eu quero saber se eu posso fazer minha intervenção ou ele responde essa questão.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Por favor, pode, deputado Geraldo. Estou lhe devendo isso. Por favor, palavra com deputado Geraldo Cruz.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Pois não. Secretário, boa tarde, obrigado pela presença, da nossa parte. Eu gostaria de fazer outro levantamento que também me

preocupa. Primeira pergunta, essa mesma equipe técnica é que vai analisar a sequência, se as cidades permanecessem sendo instância turística ou é outra equipe? Não é de interesse. É que tem também na lei as que já são cidades turísticas, instancias turísticas, ela vai carecer de uma análise sempre permanente da secretaria se já tem isso montado. Essa é uma das questões.

A outra é, ainda parece que por uma decisão anterior, o recurso que vai para as cidades, ele não tem mais um destino como havia anteriormente. Ou seja, anterior, eu fui prefeito de uma cidade de instancia turística e limitava aonde era a instância, o investimento. Abriu essa possibilidade, portanto o recurso agora vai para o município e a comissão aprova desde que apresente o projeto. É esse o critério. Não importa se a obra é no setor onde... porque não é a cidade toda que é turística, tem os pontos turísticos, perfeito? Essa é uma pergunta, se o senhor sabe sobre isso.

Mas a outra que mais me preocupa e se fosse pelas vontades políticas e pelo nosso ego nós dizíamos: “todas as 645, 500 cidades do estado de São Paulo deveriam ser turísticas porque recebem um dinheirinho a mais e isso seria ótimo”. Isso é uma preocupação porque até então tínhamos as 70 cidades, era muito difícil a transformação de instância turística aqui. Mas essa é uma preocupação que eu tenho aqui, evidentemente, levando em consideração toda essa ansiedade de todo mundo, a presidente já falou sobre isso. Agora minha questão é, por que que o recurso destinado as cidades não são liberados? Temos o levantamento aqui. Algumas cidades menos de 50% do total previsto de 2011 para cá, por exemplo, que não recebe. Tem cidade que recebe menos de 50%. Tem uma cidade aqui muito conhecida, acho que foi a única que eu vi aqui que mais recebeu, teve diferença de mil reais.

Como não vou levantar o nome das cidades aqui, queria fazer a pergunta geral, por que não estão repassando todo o recurso que é por lei e está dentro do orçamento da previsão orçamentária? Qual sua posição com relação a isso? E, se possível, dar uma previsão se vocês vão liberar todo esse ano o que está orçado, pelo menos de 2017.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Obrigado, deputado. Anotei aqui as perguntas. Deputado Caruso, a questão das primeiras 20. Essa mesma pergunta ao fiz ao grupo técnico e o Vanilson me esclareceu que as 20 cidades tiveram o parecer formal, a análise, foram aprovados dentro dos critérios. Claro que como bem ressaltado aqui, a lei fala em 140, mais as 70 instâncias. Será que só temos 210 municípios com interesse

turístico? Acredito que não. Talvez esse seja o motivo também de todos os municípios estarem atrás.

O Ministério do Turismo fez uma publicação que São Paulo tem mais de 300, 400 municípios com interesse turístico. Obviamente essa disputa vai acontecer. Nós voltamos até pela questão que a senhora comentou sobre a ansiedade e que o deputado Geraldo Cruz também falou. Até temos algumas ideias, eu comentei com o Cauê, o deputado presidente. Mas só para não perdermos a linha, deputado Gilmar, se quiser me passar o nome das quatro cidades, nós analisamos o processo, leva essa questão, e qual a sua cidade que teve a devolução para sabermos o que está acontecendo, bem como o senhor ressaltou, eu ainda não tinha chegado.

O SR. GILMAR GIMENES – PP - A minha eu já te posicionei, Fernandópolis, tudo lá faz quatro meses.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Na verdade eu conversei com o presidente Cauê, com a deputado Célia Leão. Os processos que estão voltando que haja uma celeridade na entrega para o autor que possa colocar os documentos, está aqui também o deputado Afonso, cumprimentá-lo. Tem um dos projetos que ele vai juntar documento. Quer dizer, eu tenho falado com os deputados, tentado dar essa instrução. Da mesma forma que o deputado gostaria de juntar na secretaria, outros deputados me procuraram e falaram: “o meu processo está lá na Assembleia esperando os documentos, por que que esse está furando em fila? Por que ele está na frente sem os documentos”, em tese. Acho que o critério mais justo é voltar todos aqui para a Assembleia.

O SR. - Em relação a isso quero fazer uma observação, falei com você a pouco tempo sobre isso. Disse que precisou de um documento, mas entrou agora coisa de 15 dias. Quando, na realidade, voltou para anexar um documento que faltou, mas ele tinha entrado a quatro meses atrás. Então eu queria entender o seguinte, se falta um documento ele entra no fim da fila ou não? Como funciona isso?

O SR. FABRÍCIO COBRA - O grupo técnico, você tem algumas opções. Quando é apenas um detalhe, ele precisa da data da publicação que constituiu o Contur o próprio grupo técnico pergunta para a prefeitura. Mas são casos absolutamente excepcionais, quando o processo está absolutamente concluído. Quando falta

documentação, ele volta para a Assembleia para ser reinstruído. Agora vamos ter o retorno desses processos. Como eles já analisaram, a ideia do grupo técnico é que esses procedimentos sejam analisados mais rápido. Quando há uma negativa para a cidade: “essa cidade não atende os requisitos”, aí ela não voltaria para complementar.

O SR. - Secretário, me permita uma parte de esclarecimento, nesse assunto específico eu tenho sido relator de algumas. Nós só fazemos o relatório e aprovamos aqui na comissão com o parecer da secretaria. Então só vai para lá aprovado, já tem o parecer de vocês, desta comissão técnica, a lei já sai daqui pronta, quando vai para você vai na fila, pode seguir aquela fila que você estava falando.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Isso.

O SR. - Não vai voltar após aprovada aqui na Assembleia.

O SR. - No meu caso voltou.

O SR. - Depois de aprovado pela Assembleia.

O SR. - Sim.

O SR. - Isso que eu queria entender. Eu estou com os dois processos, inclusive... o padre Afonso Lobato, por exemplo, ele está com uma cidade que mandamos para a secretaria e estamos aguardando o parecer técnico. Portanto nós só vamos aprovar... eu entendo isso.

O SR. – Igaratá, Fabrício, lembra?

O SR. - As que nós passamos aqui na comissão eu entendo que já estava adequada de ser de interesse turístico, não ia mais para análise. E vocês já tinham feito essa análise. Não é isso? Ou estou enganado?

O SR. - Me permita um aparte. O que eu estou entendendo aqui, ele passou por um primeiro momento, veio para o parecer da comissão, a comissão mandou para o

Dade, o Dade devolveu falando: “falta tal documento”, na hora que chega aqui e falta tal documento, nós protocolamos e avisamos para o autor que está faltando o documento. Vai para o autor. Quando vem para a comissão novamente temos que mandar para o Dade novamente para que o Dade dê o parecer firmando que está pronto. E a dúvida que me apreço que o deputado Gil Mendes está colocando é que nesse retorno lá, na segunda vez, que aí ele entra na fila e está demorando para retornar aqui na comissão que era uma coisa mais simples. Me parece que é isso, uma vez que já foi totalmente analisado pelo Dade e faltava uma coisa mais simples que era para devolver imediatamente para a comissão. E pela colocação dele aqui, se eu estou entendendo corretamente, é que está demorando esse prazo. É isso?

O SR. - É isso mesmo. É que voltou para o fim da fila, essa é a dúvida. Se não (ininteligível) tem que voltar no fim da fila. Se tivesse entrado naquele primeiro momento.

O SR. - Isso que eu quero fazer, não tem fila na consulta quando vai. A consulta chegou, vai. Voltou...

O SR. - Não, estou dizendo lá.

O SR. - Sabe o que é, deputado, tem algumas cidades, algumas prefeituras achando que somos nós que estamos segurando e nós chegamos aqui e encaminhamos imediatamente. Às vezes seu mando até um fax comunicando.

O SR. - Não é essa a preocupação. A preocupação é outra. Não foi nesse sentido. Faltou um complemento de documento, foi encaminhado de imediato e voltou no fim da fila, como se tivesse entrado tudo hoje.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deputado Gilmar Gimenes, queria só aqui aproveitando a oportunidade...

O SR. - ...só para fechar, quando a Assembleia aprova, está completo o processo, já está com o parecer de vocês, não é isso?

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deixa o secretário fazer uma explicação e depois como presidente da CCJ que quero...

O SR. FABRÍCIO COBRA - Essa semana mesmo essa questão foi levantada porque os projetos vão voltar. E o grupo técnico reunido tinha essa questão, como é que vamos analisar a volta deles. E a decisão do grupo técnico foi, projeto que tem uma pesquisa, por exemplo, de demanda insatisfatória, fraca, ele apresentou, mas ela não está atendendo aquilo que o grupo técnico entende que a lei exige, então eles pedem para trocar. Quando voltar, o restante da documentação já foi analisado, então a ideia é que eles analisem esse processo porque eles já analisaram todo o processo, o procedimento, então vão olhar, não como prioridade, mas vai voltar para a pauta da próxima... Prioridade no sentido para não dizer que eu estou dando...

O SR. - (Ininteligível).

O SR. FABRÍCIO COBRA - Exatamente. Ele não vai ficar no mesmo bloco.

O SR. - É isso que eu quis dizer.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deputados, eu preciso garantir a palavra do deputado padre Afonso Lobato e do deputado Marco Vinholi que estavam inscritos e, obviamente, cada um pedindo um aparte, acaba atropelando um pouquinho a inscrição dos nobres pares. Eu só quero, antes de passar a palavra aos dois e deputados a todos que pedirem a palavra e garantir a palavra de resposta do secretário, só fazer uma informação aqui.

Darei um exemplo prático respeitando os 93 deputados desta Casa, de todos os partidos, com todos os MITs que nos chegam e deputado Carlos Cezar sabe disso. Isso acontece menos, mas ainda acontece, além de alguns chegarem contra capa, capa e uma folha no meio, que está absolutamente sem instrução nenhuma, tem que voltar, tem alguns dos projetos, secretário, que acabam ficando nos gabinetes dos deputados. Eu tenho muita cobrança. Eu, Célia, presidente, muita cobrança de deputados que tem MITs andando para relatores e que eles me pedem: “deputada, cadê o MIT?”, eu vou lá na secretaria, levanto no sistema e está com aquele ou outro deputado. Então eles não

devolveram, deputado Geraldo Cruz. De forma muito respeitosa, dentro do regimento, é um direito do deputado.

Esta presidente solicita, se possível for, que devolva para podermos agilizar. Porque vai que a mesa diretoria ou o deputado Macris em consonância com a reunião de líderes decida fazer um último, pelo menos esses anos, pacote de MITs, muitos não entrarão. E aí não é questão de botar culpa ou tirar culpa, não é questão de culpa. Mas não dá nem para eu cobrar isso da secretaria, nem da comissão, nem de mim e nem de nada, porque está dentro do gabinete do deputado.

O SR. - Mas tem coisa que é da cidade.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB – E nós cobramos com muito respeito. Essa questão, e já passo a palavra ao deputado...

O SR. -. ..antes de passar, ele vai responder a que nós perguntamos ou vai acumular mais pergunta?

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Pode responder. Deixa eu encerrar, ele responde e depois passo aos deputados. Mas ontem me procurou o deputado Jorge Caruso, falo aqui sem nenhum problema porque não tem nenhum problema, que faltava para o município um adendo de documentos importante. Ele nos entregou de forma absolutamente correta. E nós, na secretaria, fizemos para a presidência da Casa o pedido de anexar o projeto que agora volta para o Dade e deve ter esse movimento que nós pedimos celeridade dentro do possível. Isso acontece todos os dias. Por favor.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Essa questão acho que está indo de encontro ao que os deputados estão falando. Acredito que está tendo uma sinergia de entendimentos. O grupo técnico levantou essa questão, eu não participo das reuniões e foi colocado essa questão, como é que vai ser analisado na volta. E o critério definido, eu acho que é justo, a cidade que já foi analisada e faltava um documento, faltava apenas não um detalhe, mas alguma coisa para complementar, ele vai ser analisado de forma mais rápida, contrário àquele que ainda nem foi iniciado. O que eu estou entendendo é

exatamente isso que vocês estão querendo que ele volte, não para o fim de todos, mas que ele seja analisado de forma rápida.

O SR. - É isso, Fabricio. Eu só não entendo assim, quando retornou todo aquele lote que estava aprovado e voltou tudo quando você assumiu, quando ocorreu aquilo...

O SR. FABRÍCIO COBRA - Aqueles foram diferentes porque estavam sem o parecer, então aqueles a comissão estava terminando, estava em processo de análise. Eles terminaram, fizeram os pareceres e os processos foram voltando para cá. Eu estou falando desses novos que não são aqueles que tinham vindo para cá.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - O que eu quero dizer é exatamente isso, dez dias antes de voltar aquele lote, eu tinha voltado a Fernandópolis com o documento que faltava, dez dias antes. Até tentei falar, ver se dava para incluir no mesmo lote de aprovação, não consegui e voltou tudo quando você assumiu. Fernandópolis já estava lá. Voltou um mês depois todos aqueles de novo, os agraciados na última e já passaram mais 40 dias. Então faz 70 dias que está lá depois do último documento anexado e eu não tenho resposta nenhuma. 70 dias.

O SR. FABRÍCIO COBRA - O Vanilson está me trazendo aqui, a data que está aqui é 18 de setembro. Tem dez processos antes do dele, ele deve estar aqui sendo analisado ou amanhã ou na próxima semana.

O SR. - Dez na frente dele?

O SR. FABRÍCIO COBRA - É. Dentro da ordem cronológica.

O SR. - Estanho. Ele entrou cinco meses atrás. É isso que estou querendo dizer, ele entrou há cinco meses atrás. Setembro foi último documento, é isso que estou dizendo.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Deputado, nós vamos levantar os procedimentos que eles já...

O SR. - A secretaria não me dá resposta nunca.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Estamos aqui para isso, até para ter conhecimento e aprimorar o procedimento.

O SR. - Tudo isso eu já posicionei a secretaria várias vezes.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Vamos fazer o seguinte, Vanilson, você vai levantar os processos que já vieram e voltaram e fazemos essa análise mais célere. Isso vai acontecer com alguns que já foram voltados para cá. Com relação a isso... A cidade que voltou para cá porque não atende, é uma análise diferente, vai demorar um pouco mais.

O SR. - É outra coisa, não atende, não atende.

O SR. FABRÍCIO COBRA - É, não atende, não tem.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Eu acho que as coisas estão bastante encaminhadas, Só que não posso deixar de passar a palavra para os outros deputados, senão vamos ficar discutindo aqui a tarde toda uma questão específica e a comissão não é para resolver questão específica nesse momento. Nós podemos resolver na CCJ comigo na presidência ou com o senhor na secretaria. Aqui eu quero que os trabalhos andem porque a CCJ está recebendo um secretário. Por favor. Vou passar a palavra para o secretário...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - ...presidente, posso só me despedir...

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - ...não, deputado Jorge Caruso, eu nem dei a palavra ao senhor àquela hora, perdão.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Desculpa. Só agradecer, secretário, desejar boa sorte, parabéns por esse pente fino que está sendo feito. Nós acabamos votando aqui em função da sua orientação e do parecer técnico que vem da sua secretaria. Não

conheço sua chefe de gabinete, se conheço, não me lembro. Fiquei muito feliz com a explicação que o senhor deu ao deputado Paulo Correa. Confesso a ti que se ela estava mal-humorada ou não, para mim pouco importa, me interessa é competência, se ela resolver está ótimo. Porque lugar que nós vamos, tomamos café, ouvimos história, vemos bastante sorriso, mas não resolve nada, nós estamos cansados. Que sua equipe seja muito competente, muito iluminada para destrinchar todo esse problema. Parabéns. Peço licença para sair.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Obrigada, deputado Jorge Caruso. O documento de V. Exa. já foi encaminhado à presidência da Casa ontem.

O SR. GERALDO CRUZ – PT -Minha querida presidente, deixa ver se ele responde...

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - ...deputado Geraldo Cruz, agora ele responde e eu vou passar a palavra ao padre Afonso.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Só para deixar claro aqui da minha parte. O secretario falou que está entrando aqui no entendimento. Eu penso diferente sobre os processos que vai e volta e se a documentação é por conta da prefeitura. Sou favorável que aqueles que tiverem documento certo, que sigam o ritmo, se tiver que voltar para ir na prefeitura buscar laudo de novo e depois voltar cortar a fila do outro que entrou certo, está errado isso.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Muitos deles, o documento estava aqui.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Acho que ele deve seguir o ritmo normal. Quero deixar claro aqui a minha opção. Se levou o meu, se for o meu e foi lá, estava faltando documento e veio para cá, ele se inicia aqui e ia completar o documento.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Tem muitos casos que o protocolo estava aqui, esses também estamos entendendo. Para não juntar lá e não quebrar o critério, junta aqui e analisa. Com relação a questão do ranking que o senhor falou, é um decreto que a secretaria, o governo tem que editar para estabelecer o critério de classificação das

instâncias e do MIT. Isso está em análise na coordenadoria. Aliás, temos a mania de falar Dade, mas esse trabalho todo é na coordenadoria de turismo. O Dade é o fundo, ele nem é consultado sobre isso. É a coordenadoria de turismo que faz essa análise. E é um decreto que está em elaboração. A ideia é criar um ranking para que possa classificar as 70 instâncias e os 140 MITs. É uma divergência de interpretação.

Eu, pessoalmente, acredito que a Assembleia possa aprovar mais de 140 MITs. Eu conversei com os deputados e já entendi que há uma divergência, alguns entendem que tem que aprovar somente 140 e outros que podem aprovar 200, 250. Na minha interpretação, que não é a interpretação oficial do governo porque tenho que escutar a procuradoria, o próprio governo como uma maneira geral, poderia aprovar 200 MITs e o ranking que seria estabelecido por decreto, por critério, ele estabeleceria quais seriam os 140 que teriam acesso e as instâncias que ocorreriam o descenso e o acesso, que ainda está para ser regulamentado pelo governo.

Com relação a obra, se havia possibilidade de fazer outras obras. As obras que as instâncias apresentam, elas têm que passar pelo COC, que é o Conselho Orientador. E ela tem que ter um interesse turístico, não pode ser feito fora desse padrão. Eu recompos o COC no mês passado, coloquei de volta mais dois técnicos. Mas a ideia é que esse conselho siga essa orientação, que aprove somente obras com interesse absolutamente turístico.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Secretário, ideia ou é regulamentação e tem que seguir?

O SR. FABRÍCIO COBRA - Está na constituição do fundo, essa é a ideia, a regra.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Mas não está seguindo.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Mas isso em quais aprovações?

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Em cidades que já está fazendo pavimentação em bairros muito distantes do centro turístico, não tem nada a ver com ponto turístico.

O SR. FABRÍCIO COBRA - É projeto antigo isso?

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Isso é de instância.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Não, pelo contrário, antigamente que não podia. Depois que abriram isso. Mas tudo bem. Se você quiser, depois podemos levantar esse dado e vou passar.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Seria muito importante. Falta ainda a liberação, que o senhor comentou. Na verdade, há um decreto do governo do ano passado.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - São quase 40% que não foram repassados. 39% do recurso destinado ao orçamento.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Da liberação do orçamento. O Dade tem um orçamento que é feito com base na arrecadação das 70 instâncias, então cada município tem uma parte que é devido a sua arrecadação e uma parte que é igual entre as 70. Então você tem variações grandes, mas cada município tem em torno de pelo menos um milhão e meio, dois milhões, para fazer as obras de interesse turístico. E as grandes cidades valores maiores, como Santos, também pelo tamanho da arrecadação dela.

Eu posso falar um pouco pelo que eu estou lá agora, a partir de 2017. Para que o município tenha acesso ao orçamento, ele tem que apresentar o projeto e o projeto tem que estar em ordem. Muitas vezes o município se quer apresenta, se quer leva o documento, a documentação não está completa. Você tem que seguir também, ter um manual de orientação aos municípios. Ele tem o ano inteiro para apresentar o projeto. Nós tivemos agora, no mês passado, na reunião da Aprecesp em Brotas e esse questionamento foi feito e levantamos um dado que mais de 70% dos projetos de 2017 estavam ou sem documento ou com documentação incompleta.

Então tem aí uma responsabilidade dos municípios de correr atrás do seu interesse para formalizar o contrato, o objeto. O deputado falou que todos os municípios poderiam ter acesso. A deputada falou da ansiedade, porque são 140, já tem 51, só faltam 81. Todos querem ser MIT. Talvez essa questão que não vai se restringir aos 140 é uma interpretação que a Casa pode fazer, está na mão dos deputados. Se os deputados querem aprovar 200 MITs, eles podem aprovar. E o ranking que vai fazer a seleção dos 140. Você vai estimular uma competitividade entre os municípios, o ranking vai ter seus

critérios e cada município vai olhar, preciso melhorar nessa questão, vou investir nisso, vou investir naquilo. E também tiraria um pouco essa questão de que quem não estiver nos 140 não vai virar, vai ter que esperar três anos. Eu acho que talvez isso cabe a Casa fazer a interpretação se pode ou não pode.

Eu já conversei com vários deputados, alguns entendem que sim, outros que não. A minha pessoal é que poderia mais que 140. A outra questão é que o MIT, a Vandaguarda da criação do MIT pela Assembleia, sancionada pelo governador, é a democratização do recurso. Então hoje não serão só mais 70 instâncias, tem 210 municípios tendo acesso ao fundo Dade. Já ouvimos na secretaria algumas propostas: “por que não aumenta mais? Põe mais 70 MITs”, isso é uma ideia aberta. Você também tira essa pressão que só 140...

A experiência está sendo muito válida, os municípios estão se interessando, estão indo atrás, correndo atrás do turismo na sua cidade, poderíamos aumentar um pouco, tira um pouco das instancias. São ideias que cabem aos deputados, é competência dos deputados, a lei está aí. Aquilo que vocês entenderem que é correto, que é melhor, está na interpretação, na legitimidade e capacidade.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deputado Geraldo Cruz.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Só para o fim, para essa questão financeira, temos ouvido outras informações. Não quero polemizar com vossa senhoria. Você está na secretaria só esse ano. Você poderia encaminhar para a nossa comissão a relação dos municípios que apresentaram projetos e que foi liberado esse ano? Porque no sistema não aparece quais foram liberadas esse ano. No sistema aparece aqui a nossa conta geral. Pelo que aparece aqui, esse ano foi menos de 40% repassado aos municípios. E V. Exa. falou que os demais não foram apresentados por falta de projeto. Como eu disse, não bate com acompanhamento que fizemos anterior a este ano de 2017 que ainda estamos em procedimento.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deputado Geraldo Cruz, preciso encerrar com V. Exa. para que outros deputados possam fazer uso da palavra.

O SR. CARLOS CEZAR – PSB - Pela ordem, presidente. Só pedir licença à vossa excelência. Agradecer, parabeniza-la pela condução dos nossos trabalhos.

Cumprimentar o secretário Fabrício Cobra, desejar sucesso e que nós consigamos aprovar, fazer uma competitividade maior ainda no turismo que é uma área extremamente importante e o estado de São Paulo está avançando bastante. Desejar sucesso e pedir licença à vossa excelência.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deputado Carlos Cezar, antes do senhor se retirar, queria registrar a presença. Peço à comissão, já é importante pela natureza da CCJ, além dos deputados, assessoria, etcetera. Ela fica muito mais importante, de forma quase infinita quando adentra ao plenário o deputado que é líder de governo, que está conosco aqui na Casa, deputado Barros Munhoz, que tem sua grandeza, sua luz própria de ministro, deputado, governador, enfim, tudo o que o senhor é. E agradecemos a presença de vossa excelência. Eu quero depois passar a palavra ao deputado Carlão Pignatari que pediu pela ordem. Mas já que ele está no telefone por um minutinho, eu passo a palavra ao deputado Marco Vinholi, por favor.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Muito bem. Agradecendo nossa querida presidente Célia Leão, democrática, que faz uma presidência linda da nossa CCJ. Começar um pouquinho de onde parou o secretário Fabrício Cobra, acho que esse entendimento é importante. O MIT foi um novo advento para o estado de São Paulo, no Brasil não tem iniciativa igual, muito devido ao trabalho do deputado João Caraméz que foi o precursor disso, e também do secretário Márcio França e os secretários subsequentes até chegar no secretário Fabrício Cobra. Mas é um momento de regulamentação.

Queria dizer primeiro da minha confiança no trabalho do Fabrício, toda a equipe dele, os meninos, estão aqui o Carmo, o Ramirez, o Erik, enfim. Deputado Paulo Correa relatou uma questão com a Mariana, mas eu queria dizer que talvez estivesse em um dia ruim. A Mariana é uma pessoa de competência extrema que toca a questão pública de forma muito importante. Peço que dê um voto de confiança para a Mariana, que ela é uma profissional das melhores que temos no estado. O Vanilson, enfim, toda a equipe da Secretaria de Turismo. Mas dizer que é um momento de regulamentação.

Nós temos aí, por exemplo, uma interpretação de que podemos votar mais de 140 MITs e que depois vai haver um ranqueamento disso. A Assembleia tem o papel dela de entendimento, mas a secretaria e o governo do estado também vão ter que fazer uma regulamentação em cima disso, como é esse ranqueamento, a prefeitura terá que atuar e

cada ano vai ter que apresentar dados para ter isso. Eu acho que é um pouquinho, em quatro mãos, nós tentarmos regulamentar e passar esse período. Acho que seria muito válido podermos ter mais MITs e depois esse ranqueamento vai premiar aqueles MITs que também não recebem o recurso, mas que atuam impulsionando o turismo na sua cidade. Nós temos questões importantes e urgentes. Vocês colocam com muita seriedade, eu tenho visto essa questão.

O deputado Gilmar Gimenez colocou bem, tem um caso ou outro sim que nós apontamos, eu também já fui lá. Talvez eu fosse um dos parlamentares que mais pudesse reclamar. Um dia a CBN me ligou e falou: “deputado, você foi o que mais apresentou MIT no estado”, eu não tive nenhum meu aprovado lá e pego bastante no pé de vocês. Mas eu vejo a seriedade que vocês têm tocado. Talvez uma regulamentação, uma portaria. Por exemplo, chegou lá e não tem documento, tem uma semana para apresentar, não apresentou volta para a Assembleia.

Para termos, de forma clara, essa fila e também de que forma é esse procedimento que vocês têm feito isso. Mas aqui para nós temos todo o anseio de prefeitos, comunidades que querem se tornar MITs e que nos cobram, para podermos apresentar para eles de forma clara como é esse procedimento que vocês estão dando a seriedade necessária. Depois ele volta aqui para a CCJ. Para os deputados aqui na CCJ, também, que possamos ter algum tipo de acordo, regulamentação. Pode voltar algum projeto para cá e depois demora para voltar para lá mesmo com a documentação. Outro questionamento que eu faço a vocês é sobre a regra que está em lei para começar a valer, de instâncias que a partir de agora deveriam se tornar MITs e MITs que deveriam se tornar instâncias.

Nós não vamos ter todos os MITs, evidente. Esta regra está na lei, mas para nós, pelo menos para mim, não é claro que deve acontecer. Nós vamos ter em 2017, com os MITs que tem, um ranqueamento entorno disso. Outro questionamento que eu já fiz para o secretário, nós estamos aí com 51 MITs, está escrito na lei que vai se dividir. A fração que é dos MITs, 20% do dinheiro dos Dades pelos 140. Esse recurso vai sobrar, vai poder ser utilizado para esses 50 que já estão, o que vai acontecer com esse recurso que ao invés de ser dividido nos 50 vai ser pelos 140 que estão na lei. Então só fazer esse registro, dizer da minha confiança no seu trabalho e no trabalho de toda a sua equipe, Fabrício.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Obrigado, deputado. Rapidamente, a rapidez. O Vanilson tem o nosso comando de correr com essa análise, o grupo está se reunindo. Tiveram semanas se reunindo duas vezes por semana. Vai tentar entregar o máximo possível de pareceres até a primeira quinzena de dezembro, e também vai continuar o trabalho em janeiro, o recesso da casa, ele já quer programar uma série de visitar. Para correr também em janeiro, para que na volta do recesso de vocês também já tenha um lote maior de pareceres. E com relação a questão orçamentária, na realidade falamos muito do fundo, mas o fundo, na verdade, é uma dotação orçamentária. O recurso não vai para um fundo, é uma dotação no orçamento. Se ele não é utilizado, ele vira o ano e volta para o tesouro. Na realidade ele já está no tesouro, é uma dotação. E só complementando o deputado Geraldo Cruz, algumas cidades, deputado, a lei exige que a cidade não tenha pendências. E tem muita cidade que precisa regularizar primeiro o seu passado, e temos feito um trabalho junto com ela, sentando, resolvendo, para poder assinar. Muitas cidades acabam não assinando porque estão no Cadin, estão devendo, estão com recursos indevidos e resolvem.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Um minutinho, deputado Carlão Pignatari. Primeiro vou passar a palavra ao deputado padre Afonso Lobato, depois o deputado Carlão Pignatari e depois o deputado Barros Munhoz. Por favor.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Primeiramente cumprimenta-la, cumprimentar o secretário Fabrício. Agradecer de fato, as minhas palavras se encontram em sintonia com as palavras do Vinholi. Exatamente nós percebemos a grande dificuldade porque isso é muito interessante para os municípios, imagina para os deputados também em um ano pré-eleitoral. Tem essas confusões e às vezes conflitos que são naturais. Mas o deputado Gilmar acabou colocando uma questão que eu acho que temos que buscar mais a fundo e entende-la, porque também aconteceu em minha região. O município que eu tinha entrado, fui procurado pelo secretário lá dizendo: “olha, nós não temos dinheiro para pagar, mas se outro deputado apresentar, ele tem uma empresa que possa fazer isso, etecetera”, eu falei: “tudo bem, se for para servir aí, se você vai ter direito, toco o barco”.

O SR. - Mas era o Carlão que tinha a empresa?

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Não sei se é do Carlão. Era, está dizendo aqui.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Que conversa é essa? Não tenho empresa.

O SR. - Uma empresa ade frango.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Na verdade eu acho que é uma questão que precisava levantar, se de fato...

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Padre, espera um pouquinho, o senhor vai me perdoar. Que conversa que eu tenho empresa? Indicando empresa para trabalhar? Eu não aceito esse tipo de colocação de maneira alguma. O senhor disse que a empresa é do Carlão.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Ele me disse aqui brincando.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Não. O que é isso? Brincando. Brincadeira de mal gosto essa, V. Exa. me desculpa.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Na verdade eu estou relatando um caso que aconteceu, Carlão. Se é sua eu não sei, procuro saber depois. Estou relatando um caso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Por favor, então retifica.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Estou com a palavra, Carlão, por favor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - O que é isso.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Eu vou retificar exatamente porque estou narrando algo que aconteceu.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deputado Afonso Lobato, essa questão...

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - ...o que é isso? Está de brincadeira comigo.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Essa questão que já foi levantada pelo deputado Gilmar, já absorveu muito do nosso tempo aqui e já está...

O SR. AFONSO LOBATO – PV - ...não, mas eu não vou... Célia, por gentileza...

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - ...só um minutinho.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - ...só deixa eu concluir...

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - ...já está colocado com o secretário. Se o senhor tem uma nova demanda nessa direção, o senhor o faça, ele vai registrar também. Agora, não consigo entender, e também na condição de presidente, independente da questão de ser do PSDB ou não, não pode ficar em uma comissão onde tem microfone aberto, onde o “Diário Oficial” e a TV Assembleia registra, qualquer dúvida, mas qualquer dúvida de que qualquer deputado, e nesse momento, principalmente o deputado Carlos Pignatari, tenha qualquer história com empresa que se passou com ela, ganha lá o MIT ou não ganha o MIT. Isso eu tenho que registrar como presidente da comissão e não aceitar. E conheço o deputado Padre Afonso Lobato, além da sua história de igreja, e como padre, certamente, não condiz com a forma dele, em hipótese alguma.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Deputada, estou relatando um caso. Posso até colocar o secretário de turismo de novo, do município, nós falamos e esclarecemos isso, Carlão. Não é em relação... esclareço. Eu estava contando um caso. Porque então tem algum problema. É isso. Segundo...

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - ...padre, eu não consegui entender essa colocação de V. Exa., me desculpe. O respeito que tenho por V. Exa., eu não vou aceitar. Tem algum problema? Que problema que tem?

O SR. AFONSO LOBATO – PV - depois conversamos para não ficar aqui na...

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Não, não. De maneira alguma. O que é isso?

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Eu não estou entendendo, padre Afonso Lobato.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSDB - Padre Afonso Lobato, V. Exa me permite meio minuto.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Por favor, deputado, um aparte.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - À vontade.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSDB - Pelo que eu entendi, sinceramente, foi um exemplo e até uma brincadeira. Ou então...

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Na verdade, Barros, o que houve é o seguinte, eu vou dizer para V. Exa. Caçapava eu tinha entrado com o pedido e o secretário disse: “olha, não temos dinheiro para poder custear, para poder manter, para fazer o estudo de demanda”, eu cheguei e disse o seguinte: “mas tem um deputado se oferecendo que tem, de fato, uma empresa, alguém que posse fazer”, é nesse sentido.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Está mentindo. Está mentindo.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Foi exatamente isso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Está mentindo.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Quando eu perguntei aqui e ele disse: “é o Carlão?”, e aí depois eu não sei quem é o deputado. Posso levantar e depois dizer à V. Exa. e descobrir realmente quem é.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Já melhorou a resposta, a posição.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Eu estava relatando. Acontece que depois entra muita gente falando ao mesmo tempo, mas ficou claro. Eu posso conversar com V. Exa. depois e acertar isso.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Esclarecido, deputado Carlão Pignatari.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - E Aí que eu estava dizendo, exatamente, por conta desse momento, esses conflitos surgem e são naturais. Eu exatamente estava dizendo que eles são naturais. Esses projetos, os MITs que são votados, eles já entram no orçamento e de que foram concretamente isso vai dar no ano que vem? Era essa minha pergunta.

O SR. FABRÍCIO COBRA - É 20% do total do fundo que são destinados aos 140 MITs dividido um 140 avos como está na lei. A partir do ano que vem, os aprovados agora já podem apresentar projeto, aprovar no COC.

O SR. - Aprovado já entra no orçamento.

O SR. FABRÍCIO COBRA -Já.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Obrigada, deputado Afonso Lobato. Queria registrar com muita alegria também a presença do nobre deputado, aliás, culpado de um monte de coisa dos MITs. É com carinho dizer que é culpa dele dessas boas confusões, deputado João Caraméz que está conosco e é de fato o pai do MIT no estado de São Paulo junto com o governo de São Paulo. Queria passar a palavra com

muita honra, com muita alegria, ao líder do governo, mas mais do que isso, ao deputado Barros Munhoz que é o nosso líder também, independentemente da questão partidária, tenho certeza que esta Casa o respeita e assim o tem. Por favor, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSDB - Muito obrigado, querida presidente, nosso paradigma, Célia Leão. Saudar todos os companheiros, amigos aqui presentes, na pessoa do ministro Gilmar. E dizer o seguinte, que eu tenho muita satisfação de ver nessa tribuna esse jovem revelação do serviço público paulista e brasileiro, o Fabrício Cobra. Eu sou suspeito para falar porque sou muito amigo da senhora mãe dele, a grande política, a grande parlamentar, exemplo de política que foi como política e continua sendo como advogada, como mulher, a Zulaê Cobra Ribeiro. Mas tenho acompanhado o trabalho do Fabrício, um trabalho difícil, árduo complicado, sempre descascando abacaxi.

Eu vim aqui e fiz questão de dizer isso. Você está na área mais convulsionada. Já não bastava a Casa Civil que é indiscutivelmente a mais convulsionada do planeta, você também está na secretaria de turismo que é extremamente convulsionada. E o que eu queria dizer a todos os companheiros é o seguinte, tem bastante coisa lá sendo concertada, muita coisa sendo acertada, corrigida, colocada nos trilhos para andar. Sou testemunha disso, tenho acompanhado. E além da questão dos municípios de interesse turístico, você também pegou um grande abacaxi que é o Dade que você também está descascando. Desculpa falar você.

Eu quero, simplesmente, presidente, deixar aqui o testemunho, não do líder do governo, é de um deputado como todos os deputados que estão aflitos, que querem que os seus projetos andem. Nós tivemos agora uma situação extremamente constrangedora na questão da liberação das emendas. Os deputados vinham falando há quatro meses, a Casa Civil dizia que não e no fim os deputados tinham razão, estavam todas paradas na saúde mesmo. Agora fez-se um tour de force para levar para frente, para pagar, para fazer com que a emenda não seja só uma promessa falsa, vazia, mas que seja uma realidade. E V. Exa. também esteve lá no Dade. Eu quero louvar, sabe por que meu caro amigo Geraldo? Vossa excelência também foi prefeito. A bola tem que andar, a coisa tem que ir para frente. Não dá para ficar lamentando o passado, chorando, falando que tem problema.

Sinceramente, presidente, é isso que o nosso querido Fabrício está fazendo lá na secretaria de turismo. Com muito esforço, com muita dedicação da sua equipe que eu

quero cumprimentar, trabalhando dia e noite, trabalhando sábado e domingo. Amanhã vai haver uma assinatura de projetos do Dade. Eu sei o que eles passaram. Eu cheguei a falar com ele dez horas da noite. O carinho que eles estão dispensando aos prefeitos.

Eu acho que nessa área, finalmente, nós estamos andando no ritmo que precisávamos andar. Então era simplesmente esse depoimento. Parabéns a todos. O andamento dos MITs também acelerou. Acho tudo isso muito importante. Lógico que tem muita coisa ainda por ser feita, mas eu deposito aqui a minha confiança de deputado e de conhecedor antigo de vocês todos lá especialmente da Zulaê.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Obrigado, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSDB - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Pela ordem. Eu tenho que passar para o deputado Carlão Pignatari, depois passo a V. Exa. Obrigado, deputado Barros Munhoz. Por favor, deputado Carlos Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Eu pedi pela ordem a hora que eu cheguei porque eu achei que era só entre o secretário e o deputado Geraldo Cruz. E na hora que chegou minha vez ele pediu de novo.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - A palavra está com o deputado Carlão Pignatari, por favor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Acho que hoje é uma audiência da CCJ entre o Geraldo cruz e o secretário. Mas primeiro quero cumprimentar o Secretário Fabrício. Acho que houve um novo dinamismo e um novo respeito à lei, principalmente dos municípios de interesse turístico. Não quero aqui fazer crítica nenhuma no que passou ou que estava. Mas estava havendo uma politicagem em cima dos MITs que não era o que o estado queria e nem o que a lei determinava. Infelizmente isso é uma coisa que tem que ficar muito claro para todos os municípios.

Porque quando, secretário, foi criado a lei dos municípios de interesse turístico, tem deputado que fez 120 leis em dois dias. O que houve um equívoco muito grande, inclusive desta comissão, que esses projetos sem documento teriam que ter ido para

arquivo, porque está claro na lei. Mas que não foi assim o entendimento, não só da presidente, como dos relatores de cada um dos projetos.

E agora começou a avançar cada vez mais os projetos de MIT. Prevendo o que iria acontecer dos projetos de municípios de interesse turístico, eu tenho uno meu gabinete uma turismóloga especialista em auxiliar os municípios, sem nenhum custo para nenhum dos municípios onde são feitos. Isso não pode ser confundido com empresas. Porque tem empresas sim oferecidas por deputados sim, desde lá de detrás, de dois anos atrás, cobrando para se fazer os projetos, o que eu acho um absurdo.

Eu quero te cumprimentar, eu vim aqui somente para isso hoje. Eu acho que está solucionando grande parte dos grandes problemas que tinha na secretaria, de apontamento do Tribunal de Contas desde 2010, 2011, 2012, 2013. Agora a comissão tem o representante. Eu acho que começou a ter uma regra cumprindo a lei, que é o nosso papel, o papel de vocês, muito bem feito. Acho que está havendo, minuciosamente, cada uma das coisas. Parabéns. Eu vim aqui para te parabenizar. E dizer que é assim que eu penso que tem que ser feito em todas as secretarias do estado. E você como governador disse, você está com dois paletós com um salário só, lá de adjunto e substituindo a Secretaria Turística. Parabéns, secretário. A sua equipe é ótima. Conheço muitos poucos, mas todas as informações que chegam da seriedade, da ética e da determinação que cada um tem de resolver o problema dos municípios. Parabéns.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Obrigado, deputado. Agradeço o apoio.

O SR. - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Se for rápido, deputado, porque preciso passar a palavra ao deputado Sebastião Santos, por gentileza.

O SR. - Por favor, Sra. Presidente, minha palavra quero garantir.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Claro, está garantida, mas só um momento, por favor.

O SR. - Sou membro da comissão, cheguei aqui no horário certo, ouvi o secretario todo o tempo e ouvi todos os deputados. E não tenho, Carlão, satisfação e

nem controle a dar sobre o que eu falo para você nem para ninguém. Eu não estou discutindo com ele.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Não pode monopolizar, tem gente na sua frente escrita, deputado.

O SR. - Não tem.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Tem.

O SR. - Não tem.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Primeiro foram os membros da comissão...

O SR. - ...V. Exa. não sabe.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Eu estou inscrito. Não sou membro, mas tenho direito porque sou depurado nesta Casa.

O SR. - Ninguém está dizendo que o senhor não tem direito.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Desculpa, V. Exa estava cortando minha palavra.

O SR. - Vossa excelência tem direito e todos têm. Você não sabe. Estava inscrito aqui ele e depois eu. E ela passou para dois a mais, entrou ele, entrou um outro. Eu só fiz uma questão de ordem. Você está falando coisa que o senhor não sabe. O senhor está falando pelo seu posicionamento que você acha que você é certo em tudo.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Não sou não.

O SR. - Você acha que você é em tudo.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deputados, estamos com um convidado...

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - ...deputado, vamos falar sobre a comissão...

O SR. - ...por exemplo, você nem estava aqui quando foi levantada a questão de deputado que tinha indicado empresa. Foi o seu colega aí que levantou, não foi o padre Afonso Lobato, o padre apenas reformou. Não, ele não falou nome. Segunda coisa, ninguém está aqui, e eu não vim aqui só para elogiar, eu vim aqui para discutir uma coisa que é de interesse do estado e da comissão que eu faço parte. As minhas perguntas não foi nenhuma constrangedora...

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - ...ninguém está dizendo constrangedora.

O SR. - ...mas o meu líder de governo aqui, o Barros Munhoz, levantou umas questões que não é isso que eu estou querendo, não estou querendo voltar atrás. Tem coisa aqui de 2011. Mas só estou dizendo o seguinte, por exemplo, em 2017 tem um orçamento previsto de 312 milhões e mais 400 e alguma coisa. Foi empenhado 65 milhões. Apenas 20% foi pago até então. Falta mais de 100 milhões a ser pago. Foi esse questionamento que eu estou levantando sobre isso com as cidades. O secretário respondeu de que tem algumas prefeituras que está com o nome do Cadin, não pode receber, outras não apresentaram o projeto, etecetera e tal. E eu só pedi para que pudesse informar para nós se de fato é isso que está acontecendo. Eu estou aqui controlando porque não aparece na nossa. Quando vamos no site, secretário, não aparece isso, aparece o empenhado, o realizado e ainda o resto a pagar.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Sem dúvida deputado. Amanhã temos assinatura. Tem um monte de prefeito lá e estamos a incluir mais. Acho que são mais de 50 milhões que vamos assinar amanhã. São mais de 20, 25 municípios. O que estamos querendo? Ele tem que resolver o passado dele, ele não pode assinar um convenio nome se ele está devendo. E o Tribunal de Contas notificou a secretaria. Nós estamos sentando com cada município e tentando resolver. E estamos avançando muito. Tem

municípios que é uma pendencia, tem uns que são três, tem uns que são dez. E a secretaria não tem braço para resolver os 70 de uma vez. Amanhã estamos assinando, já está aqui, eles estão me esperando lá para ver se incluímos mais algum município. São 54, 55 milhões. Essa questão do orçamento nos preocupa. Estamos correndo. O orçamento do governo fecha amanhã, vamos tentar abrir em dezembro para ver se assina as cidades que estão com maiores pendencias e estamos imbuídos de resolver isso esse ano.

O SR. - O senhor me permite um aparte, deputado Geraldo Cruz, da fala do senhor. Eu gostaria só de entender e os municípios que não tem nenhuma pendencia e mesmo assim assinaram e não foram pagos? Eu queria saber a justificativa que tem.

O SR. FABRÍCIO COBRA - O que seria não foram pagos?

O SR. - Em outras palavras, o dinheiro está empenhado, o dinheiro está lá para ser pago, assinaram, porém já faz mais de três meses. E todos os municípios, por exemplo, Guarujá, Taguaí, Santa Casa de Taguaí.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Taguaí e Santa Casa não é MIT, não é Dade, não é turismo isso.

O SR. - O senhor está entrando na questão da parte do turismo. Eu estou falando generalizado.

O SR. FABRÍCIO COBRA - É que aí não posso responder. Tem um decreto hoje que o recurso não vai mais na frente. Aliás, esse era o motivo de dar várias complicações, inclusive com o tribunal de contas. O recurso ia na frente e havia uma complicação na hora de você prestar contas. Agora, na verdade, o município começa a obra, faz a medicação e o governo paga. Isso está estabelecido no decreto de 2016.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - primeiramente, bem rápido, só olhar para o deputado Geraldo Cruz, e se preciso peço desculpas porque jamais vou fazer qualquer conversa com V. Exa. que não seja de respeito, muito pelo contrário deputado. Vou passar a palavra muito rapidamente para o deputado Paulo Correa,

depois vou passar ao deputado Sebastião Santos e finalizando por causa do nosso horário e abertura dos trabalhos no plenário. Ao pai, como já foi chamado aqui dos MITs, deputado João Caraméz. Mas só dizer que o deputado Paulo Correa tem todo o direito do mundo de interromper em qualquer momento desta sessão pelas razões que coloca aqui. Por favor.

O SR. PAULO CORREA JR – PEN - Eu queria agradecer o deputado por me deixar despedir antes da sua palavra. Quero pedir desculpas ao secretário, eu tenho que me ausentar, por um momento muito justo. Meus pais, depois de 40 anos de casado casam novamente e eu tenho que levar a noiva, que é minha mãe. Senão ficaria até o fim porque o convite foi meu. Quero agradecer. Só deixar uma coisa ressaltada aqui, deputada, que temos que ter um cuidado. Foi colocado por três colegas aqui que existem empresas. Então precisamos investigar e fiscalizar porque por isso fomos eleitos. E não pode ser colocado assim um assunto tão grave e nós deixarmos isso para lá. Não. Se três parlamentares estão falando a mesma coisa, alguma coisa está acontecendo e precisamos fiscalizar e investigar. Muito obrigado, secretário, por ter aceito o convite, obrigado pela condução dos trabalhos, presidente e os demais colegas, muito obrigado. Peço ausência para me retirar.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Vossa excelência tem razão. Parabéns pelos pais. Mas só dizer que só o tempo do verbo que eu entendo que está equivocado, não está acontecendo, aconteceu. De qualquer forma, V. Exa. tem razão. Se bem entendi.

O SR. GILMAR GIMENES – PP - Eu só queria encerrar, da minha parte também preciso me ausentar. Cumprimentar o secretário Fabrício, toda sua equipe, nossa presidente Célia Leão. Eu fui o primeiro que levantei a situação, não citei o nome de ninguém, até porque não tenho provas de nada. Mas, infelizmente, os comentários correm diante de algumas prefeituras, alguns secretários. Eu acho que realmente cabe uma análise. Não estou aqui dizendo que aconteceu ou que pelo fato de ter, eventualmente, contratado uma empresa, também é um direito da prefeitura, se resolveu contratar, mas que eventualmente seja realmente feita uma análise mais minuciosa por parte dessas situações. Eu tenho certeza que a partir do momento da chegada do secretário Fabrício e essa equipe, nós percebemos, claramente, a mudança de conduta.

Eu tenho que deixar isso muito claro. E eu tenho certeza que as coisas ocorrerão e caminharão da melhor forma a partir de agora e eu conto com isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Obrigada, deputado Gilmar Gimenes. Eu passo a palavra ao nobre deputado Sebastião Santos, por gentileza. E depois ao deputado João Caraméz.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS – PRB - Obrigado, presidente Célia Leão. Parabenizar aqui o secretário Fabrício Cobra que realmente veio fazer algo diferente na secretaria de turismo do estado de São Paulo. Porque quando você colocava uma pessoa que pretende buscar um cargo estadual ou federal futuro, ele vai usar a secretaria a seu bel prazer, infelizmente, ele vai esquecer de cumprir a lei 1.271 e vai esquecer também que tem muita gente trabalhando antes dele. E aqui aconteceu isso.

Quando nós começamos a lei, a pedido do governador e junto com o deputado João Caraméz, conduzindo nessa discussão, nove bancadas apenas estiveram junto com ele para construção da lei. Muitos que vieram após vieram por causa do que viram acontecer de real. E muitos que nem leram a lei. Não sabe o que é a lei, não sabe discutir a lei, não sabe os trâmites necessários para que ele possa levar uma cidade a ser protocolada nesta Casa e tramitar nesta Casa, essa é a realidade. E quando houve esse consenso de todos os deputado se que foi uma ideia minha no colégio de líderes para que não deixássemos mais um ano a cidade sendo prejudicada, cidades que já tinham cumprido toda a sua parte e que faltava nós, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, cumprir a nossa parte de votar e dar a ele direito aquilo que eles cumpriram da lei 1.271 que foi tirar o direito de posse de todos os deputados e da Casa inteira ser realmente o tutor de que aprovasse uma lei, que fizéssemos a lição de casa e levássemos a condição desse município, criar emprego e renda na sua cidade. Isso veio após muitos debates.

Agora eu ouço aqui em muitas falas, “fulano arrumou uma empresa, ciclano arrumou uma empresa”, quantos anos demorou para termos 20 municípios aprovados? Porque esses deputados não foram lá atrás então ajudar os municípios a fazer realmente a lição de casa? “O deputado protocolou depois e já saiu na frente”, só que o deputado foi lá e conseguiu toda a documentação e cumpriu a lei. E nessa questão também de protocolos, deputada Célia Leão, a senhora que conduz brilhantemente esta questão, nós teríamos que rever algumas coisas. 2014 fechou, no dia dois de 2015 um deputado

protocolou 70 projetos e pegou os outros todos que já estavam trabalhados e colocou. E ele aprovou e hoje é município de interesse turístico. Ele apenas usou o que ele é, ele é um político. Se o outro esquece de reprojeter o seu pedido e outro o fez, e fez com toda a documentação, é justo que esse município venha a ser prestigiado, porque é uma lei. Agora, hoje, nós temos pessoas que protocolam projetos, elas ficam esperando todo o tramite, quando vai ser votado ele protocola, sem instrução nenhuma. Esse projeto não deveria nem ser aceito.

Quando chegasse à Casa a comissão deveria fazer um check list: “calma aí, o que tem aqui e o que não tem? Não tem? Volta para o deputado”, ele não vai fazer parte nem do processo de tramite enquanto não for instruído. Eu acho que isso é um critério que temos que criar aqui na Casa. Porque tiveram vários deputados que protocolaram projetos, uma semana antes da aprovação nesta Casa. Ele chega no município com os vereadores do seu partido e fala: “eu fiz”, mentira, ele está enganando a população. Então são coisas que precisamos atender. Protocolou o projeto, tem que estar instruído. Acho que essa é uma priori aqui desta Casa. Tem que estar todo instruído. Se não está instruído não serve para se protocolar e dar andamento em comissão nenhuma.

O deputado tem que ficar sob a responsabilidade de buscar toda a documentação, já que ele foi o autor do projeto. E não a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Essa discussão precisa ser levado avante. Nós estamos vendo muitas brigas nos municípios onde o deputado protocolou, aprovou, mas uma semana antes havia um projeto aqui e o vereador diz: “meu deputado é o autor”, sem instrução nenhuma. E aí você pega e vai na cidade e é questionado, é questionado na câmara em uma audiência pública, em uma reunião do Contur da cidade. “Porque fulano está dizendo que ele fez?”, ele não fez, ele enganou a população. E eu tenho deixado isso claro. E tenho falado o nome do deputado e tenho provado com o número de protocolo e a data. Eu acho que o município de interesse turístico veio para criar uma justiça no nosso estado. De primeiro, um deputado tinha uma expressão junto com o governo, protocolava um projeto, negociava-se e se tornava apenas política. Hoje não. Hoje não interessa se é instância, não interessa se é MIT, todos passarão pelo mesmo regramento de lei. E eu acho que é justo isso.

E se uma instância não vai receber mais recursos porque não fez a lição de casa, porque está com problema com o tribunal de contas, está no Cadin é justo que ela não receba recursos. Porque o município tem que fazer o quê? A sua lição de casa. Se quem assumiu como uma instância e não conhece de turismo, ele deveria ir para a faculdade

conhecer de turismo, para aprender a entender sua cidade. Ele é hoje prefeito de uma cidade que é uma instância turística. Ele tem que colocar pessoas competentes para ajuda-lo nesse critério já que ele quer recursos do governo do estado de São Paulo. Recursos que estão no fundo do governo do estado de São Paulo, que é do orçamento do estado de São Paulo. Existem algumas ações que o governador tem trabalhado e junto agora com o Fabricio no comando do secretariado, de forma correta.

E eu quero parabeniza-lo, porque outros secretários passaram lá. Mas a realidade que tem sido posta para cada deputado que lá chega, tem sido pautada junto a uma equipe competente do estado de São Paulo, junto com um grupo de trabalho que conhece turismo. Eles não enganam, não são políticos, eles são técnicos. E tem dito a realidade. Cabe a nós, como deputados, aceitar a realidade, nos encaixarmos na realidade e levamos sim esse grande projeto do estado de São Paulo que está sendo vislumbrado por outros estados, de estar cumprindo todo o critério da lei e a partir daí fazer o estado de São Paulo gerar muito mais renda, muito mais recurso e muito mais emprego porque o turismo é o único empregador que não dá para ser substituído por uma máquina. Parabéns, secretário. Levo nosso abraço ao governador Geraldo Alckmin que sempre tem estado à disposição nesse tema, tema do turismo do estado de São Paulo e que tem ajudado os municípios. E se tem uma verba que está chegando hoje do outro lado realmente com a realidade é o turismo. Parabéns.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Obrigado, deputado, pelo apoio.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Vou passar a palavra ao deputado Joao Caramaz. Antes, o padre Afonso Lobato quer pedir licença para se retirar e fazer a despedida. Por favor.

O SR. AFONSO LOBATO – PV - Primeiramente agradecer Fabrício pelo trabalho, pela presença. E também nossa presidente. Pedir desculpas, o Carlão explicou aqui, ele tem no gabinete dele uma turismóloga. Está explicada, é essa a confusão que houve. Talvez o nome empresa surgiu e ele ficou irado exatamente porque foi a turismóloga. Caçapava disse o seguinte: “vamos deixar o Carlão fazer”, acho que foi essa a confusão. Já foi explicado. Agradecer o Fabricio e pedir desculpas da confusão. Exatamente porque foi explicado pelo próprio Carlão. Um abraço a todos. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Obrigada, deputado.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Obrigado deputado.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Obrigada pela fala e pelo pedido de desculpas. A reunião vai terminar da forma que deveria mesmo, com a conduta de todos os deputados, assessorias e com a presença do secretário. Antes de passar a palavra ao deputado Joao Caraméz, eu só queria aqui registrar a presença com muita alegria, do nosso querido e sempre ícone do turismo em São Paulo e no Brasil, nosso Jarbas Favoretto, que é presidente da Mitur, que criou a Mitesp e hoje os prefeitos do estado de São Paulo trabalham muito nessa direção do turismo junto com os prefeitos. Parabéns, Jarbas Favoretto e obrigado por estar aqui presente.

O secretário está aqui desde as 14 horas 30 minutos, chegou aqui 14 horas quase, um pouquinho depois só. E respondendo a perguntas, participando. Vários deputados passaram aqui, muitos deputados passaram, a assessoria completou essa sala, de forma quase inédita. Uma reunião bastante produtiva. Estamos muito felizes com a presença do secretário e também com o senhor Vanilson que é o coordenador e agora um dos membros deste grupo. Por favor, agora o pai do MIT, deputado João Caraméz.

O SR. JOÃO CARAMÉZ – PSDB - deputado Célia Leão, presidente desta Comissão, quero cumprimentá-la, cumprimentar o nosso secretario Fabrício os demais deputados, obrigado pelas palavras. Mas temos que reconhecer, deputada, que isso foi um esforço de todos nós aqui. Acho que foi um grande exemplo que a Assembleia Legislativa deu para o Brasil. São Paulo é o único estado da federação que tem uma política que transfere recurso para fomento ao turismo, com a preocupação de gerar emprego e renda. Esse sempre foi o grande objetivo desse programa no governo do estado. Cumprimentar os demais deputados.

Essa preocupação foi que sempre norteou nossos governadores. Então essa discussão começou em 2000, quando o saudoso governador Mario Covas recebeu uma notificação judicial dando a ele 24 horas de prazo para depositar na conta de uma prefeitura, a uma prefeitura grande, riquíssima, que com certeza nem precisaria dos recursos do Dade porque não havia sido depositado ainda os recursos, tendo as dificuldades que o estado está passando. Eu me lembro que naquela oportunidade eu era chefe da Casa Civil do governador, ele ficou muito aborrecido. Aborrecido é uma

palavra muito educada para falar o que o governador sentiu naquele momento. Mas foi quando ele alertou: “ou isso muda, ou teremos que acabar com esse programa. Porque havia um represamento muito grande de projetos aqui na Assembleia para transformar cidades em instâncias, cidades que não tinham a menor condição de ser instância. Mas a partir do momento que aprova, passa a valer o critério de distribuição de recursos. E isso sempre aumentando os valores. Porque se calcula em cima da arrecadação própria de cada município, que são instâncias.

Quando retornamos para a Assembleia, começamos uma discussão até que chegamos a protocolizar um projeto aqui em 2003. Criando novos requisitos para criação de instâncias turísticas. O projeto revisional já constava naquele projeto, mas não prosperou tendo em vista que mexia com o interesse de várias cidades. E isso só voltou à tona em 2011 quando o atual governador, Geraldo Alckmin assumiu nesse mandato e retomou a discussão.

E naquela oportunidade o secretário era o nosso vice-governador Márcio França. Estou dizendo isso, porque todos os secretários que passaram do Marcio França até você agora, Fabricio, de uma forma ou de outra deram sua contribuição para chegar onde nós chegamos. Mas hoje temos que reconhecer o seguinte, que a sua ida para a secretaria, realmente foi uma benção. Porque realmente estamos vendo que a lei está sendo cumprida e não estamos correndo o risco de voltar ao que acontecia antigamente, ou seja, a banalização desse programa que, repito, é um dos maiores e melhores programas que um governo de estado tem que é a geração de emprego e renda.

Reconhecemos que a lei é dura, isso foi fruto do trabalho de vários deputados, da sociedade civil, está aqui o Jarbas que participou, o Cepam, o governo do estado, ao Abrasel, Associação dos hotéis restaurantes, bares, a sociedade toda participou. Por que a lei foi dura? Justamente para isso, para se fazer justiça como disse o deputado Sebastiao Santos, vai quem realmente merece. E o mais importante, para preservar o programa. Porque se continuasse da forma que vinha, nós, com certeza, perderíamos esse programa porque nenhum governo do estado vai querer por 800, um milhão, porque é dinheiro do tesouro, dinheiro que você poderia estar investindo na educação, na saúde, no entanto estamos investindo na geração e emprego e renda através do turismo. A sua ida para lá foi uma benção.

Quero aqui cumprimentar o Vanilson que está coordenando o grupo técnico da secretaria cujo os componentes são voluntários, aqui está um, o Jarbas Favorretto. São voluntários. Se dispõe uma ou duas vezes por semana irem lá e analisar processo por

processos. E realmente tem que ser assim mesmo, porque se não for assim nós não vamos chegar onde realmente queremos chegar. Ou seja, em uma política sadia, uma política série de geração de emprego e renda.

O que eu queria pedir, deputada, como presidente da comissão, que temos observado, sabemos que nossos afazeres são grandes e às vezes não temos tempo para sentar e analisar processo por processo. Mas no tocante aos MITs, os relatores poderiam priorizar os pareceres em relação a outros projetos que, por ventura, ele tenha sido nomeado como relator. Porque é isso também que está atrasado um pouco. Não é condenar, não é criticar, eu entendo os afazeres, mas poderia priorizar. Já que as pessoas realmente querem, o governador realmente quer que aprove o maior número possível de documentos dentro do que estabelece a lei, os relatores poderiam dar uma prioridade na conclusão desses trabalhos. Muito obrigado. Parabéns pela condução do trabalho. Ela fala que eu sou pai do MIT, ela é a mãe do turismo.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Obrigado, deputado João Caraméz. Só um esclarecimento, de fato V. Exa. e a voz de outros deputados têm razão e eu já disse isso na reunião de hoje, em outra oportunidade, de que vários dos nossos MITs de vários deputados estão ainda na relatoria nos gabinetes. Isso é um problema sério, deputado Sebastiao Santos, V. Exa. tem muita razão na maneira que se expressou também, em suas colocações, mas temos alguns problemas interna corporis. Por mais presidente que eu seja da CCJ, nós também temos um limite. E também tem outros departamentos da Casa que acabam tendo suas dificuldades. Quero registrar a presença do deputado Alencar Santana.

O SR. - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Pela ordem.

O SR. - Cumprimentar todos os secretários. Eu sei que todos já faliram, mas queria dois minutos e termino minha pergunta.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Não tem problema, deixa só eu pedir uma coisa...

O SR. FABRÍCIO COBRA - ...só agradecer o deputado Caraméz pelas palavras. E registrar que o deputado Caraméz é um dos que mais tem dado suporte e ajuda a esse início lá na secretaria, obtendo informações daqui da Assembleia. Agradecê-lo e obrigado pelo apoio.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Vou passar a palavra ao deputado Alencar Santana, obviamente. Mas só dizer que estamos quase no horário do plenário. Mas não é por isso. O secretário amanhã tem uma assinatura de convenio com o governo de São Paulo, ele tem que passar ainda para o governador todos os municípios, tem um trabalho ainda hoje, ele já tinha me alertado.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Acho que tem uns cinco ou seis prefeitos lá aguardando.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Pois é. Vou passar a palavra ao deputado Alencar e depois encerramos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT - Rapidamente cumprimentar o secretário. O repasse da secretaria aos municípios, existe alguma lei que rege isso? Ou seja, que determine um valor que o estado tem que colocar no fundo e está passando os municípios proporcionalmente? Como é isso?

O SR. FABRÍCIO COBRA - Está na lei. Na verdade, é uma dotação orçamentária que você tem. É um orçamento feito de acordo com a arrecadação das 70 instâncias. E metade é de acordo proporcional a arrecadação, por isso alguns municípios têm um valor maior, e metade é um valor igual a todas as instancias. Esse dremo que é chamado, é um documento que a fazenda manda no começo do ano, determina lá o valor do fundo. O que a lei nova determinou 80% vai para as instancias e 20% para os MITs, dividido igualmente para os 140 MITs. É uma dotação orçamentária, não existe um fundo. Apesar de estar na lei a palavra fundo, ele é uma dotação. Ele está no orçamento à disposição para o município apresentar o projeto e assinar.

O SR. JOÃO CARAMÉZ – PSDB - Existe uma lei regrado isso, dizendo aquilo que o estado tem que repassar ao município.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Sem dúvida. A lei vem desde a constituição estadual. Tem a lei do fundo. Está escrito.

O SR. JOÃO CAMEZ – PSDB - A lei do fundo diz o quê?

O SR. FABRÍCIO COBRA - Camez, só para entender, deputado, qual sua questão?

O SR. JOÃO CAMEZ – PSDB - Isso mesmo, sobre a lei.

O SR. FABRÍCIO COBRA - A lei do fundo.

O SR. JOÃO CAMEZ – PSDB - Isso.

O SR. FABRÍCIO COBRA - tem uma lei que foi novamente aprovada pela Assembleia e que determina que 80% desta dotação orçamentária seja distribuída a 70 instâncias e 20% aos MITs.

O SR. JOÃO CAMEZ – PSDB - A lei determina.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Isso, determina.

O SR. JOÃO CAMEZ – PSDB - Ok. Obrigado.

O SR. FABRÍCIO COBRA - E o dremo é calculado anualmente pela fazenda de acordo com a arrecadação das 70 instâncias.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Pela rodem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Pela ordem, deputado Jorge Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Uma pergunta rápida só para esclarecer. Se aqui na Assembleia hoje podemos discutir isso, acho que graças ao Joao que brigou por isso e orientou todos nós deputados, a você, presidente, deputada Célia Leão e ao Jarbas que está aqui, que tecnicamente sempre foi o mentor de todos nós. Secretário, pergunta curta, qual a possibilidade do senhor, ainda esse ano, enviar o maior número de projetos prontos possíveis para que possamos, ainda esse ano, ter a votação de algumas cidades?

O SR. FABRÍCIO COBRA - Fizemos um pedido ao grupo técnico para acelerar a análise. O Vanilson está aqui, vai ter reunião amanhã. Semana que vem é a ideia. O deputado Cauê disse que provavelmente vocês tenham sessão até o final, ali antes do natal. A ideia é ir mandando aos municípios que tiverem parecer favorável e desfavorável o mais rápido possível. Aí é aquela questão que nós falamos, entendemos essa vontade de aprovação, talvez algumas medidas, se a Casa entender que não para nós 140, talvez isso acalme um pouco os municípios para que possa ter o tramite também. Nós não podemos pular etapas de análise. De qualquer forma, a ordem dentro da secretaria é para acelerar a análise, dedicação para essa análise dos MITs.

O SR. JOÃO CARAMEZ – PSDB - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Pela ordem. Temos que encerrar a sessão já. Enfim, pela ordem. Depois tem o deputado Geraldo Cruz e vou encerrar. Por favor, João Caraméz.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Eu não vou fazer reclamação e nem pergunta...

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deixa só o deputado João Caraméz, depois passo ao senhor. Por favor, deputado João Caraméz.

O SR. JOÃO CARAMEZ – PSDB - Eu queria fazer uma observação, eu sempre fui muito criterioso nisso, porque afinal de contas, se você faz uma lei, principalmente e nós que somos deputados, temos que ser os primeiros a cumprir a lei. Se não fizermos isso, vamos estar provando o velho ditado, que as leis foram feitas, aprovadas, para não serem cumpridas. Mesmo que haja essa preocupação de aprovar, que eu acho que é

importante, volto a repetir, o grupo técnico tem feito um trabalho bastante criterioso, e que continue nisso. Eu sei de municípios, secretário, que aprontou a documentação em 30 dias porque havia uma promessa de que se o município aprontasse a documentação em 30 dias, se transformaria em MIT. Agora, como é que pode aprovar em 30 dias se a lei pede que o estudo de demanda turística seja feito no ano anterior a apresentação do projeto? Não é isso, Vanilson. Por isso que realmente às vezes atrasa, porque o município não cumpriu a lei.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deputado Geraldo Cruz.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Só para lembrar o que havia pedido ao secretário, primeiro que o secretário na sua exposição falou do rito processual que está na secretaria que o senhor determinou que é uma portaria, alguma coisa, como segue todos os projetos. É isso? Entendi isso. Se é possível o senhor encaminhar para a Casa, para nossa comissão, para entendermos e ter isso claro.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Sem dúvida.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - E a segunda é se o senhor entendeu que nós precisaríamos pedir que fosse mandado para a comissão a relação dos municípios que não apresentaram projetos, que não receberam, os que apresentaram, etcetera e tal. Porque não aparece na sua transparência. E eu acho que as questões levantadas aqui, Sra. Presidente, os desentendimentos, foram todas importantes, mas eu penso que pode superar isso dando mais transparência a esses atos, deixando claro tudo isso. Essas questões que foram levantadas aqui por vários deputados, que têm privilegio aqui, privilegio ali. Quando sai conversa que tem empresa é sinal que alguma coisa tem. Isso não saiu atoa. Talvez a pessoa se apresentou de uma outra forma, não foi como um assessor. Então se V. Exa puder dar mais transparência possível, eu tenho certeza que muitas questões não virão mais aqui no debate. Acho que dar transparência isso seria bom.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Sem dúvida. O Vanilson me colou aqui que essa questão de empresa nunca chegou ao grupo técnico, nunca chegou na secretaria.

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Tem coisa que o senhor tem demonstrado aqui na sua fala que passa muita confiança no que o senhor fala para nós e nós esperamos que possa fazer isso, dar transparência, porque vai ficar melhor.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Ótimo

O SR. GERALDO CRUZ – PT - Não precisa mandar para mim. Mas se eu acessar o site da secretaria e tiver lá os municípios que não apresentaram projeto, ou que apresentaram e apresentaram aqui e ali, eu não quero voltar nas de 2011 que não receberam, eu quero pelo menos que nós façamos um acompanhamento a partir de 2017, porque quando eu olho aqui no transparência e menos da metade foi liberado, de 65, menos da metade e foi liberado, é uma surpresa. Estamos no final do novembro, começo de dezembro amanhã. Evidente que mesmo que V. Exa. assine esses contratos esses recursos não entrarão ainda neste ano, vai ficar no resto a pagar no ano que vem. Está bom? Agradeço de tudo e espero poder ter essas informações em mãos para que possamos trabalhar melhor e até contribuir aqui no nosso debate de aprovação de novos projetos que vão aparecer por aí.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Ótimo. Obrigado deputado. Evidencio a transparência e encaminho aqui para a comissão.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Deputado João Caraméz.

O SR. JOÃO CARAMÉZ – PSDB - Só para finalizar, seguinte, acho que tem que deixar de lado, deputado, esse negócio de empresa daqui, empresa dali, porque a própria lei fala que o estudo de demanda turística deverá ser feito através de um convênio com instituição estadual, federal, ou qualquer outro órgão que pode ser até particular, que tenha o know-how para fazer esse estudo de demanda turística. Eu não vejo uma preocupação.

O SR. - Ninguém me falou disso. Não trouxeram as denúncias aqui.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Acho que um mal-entendido, deputado João Caraméz. A lei é clara e não é nenhum crime a prefeitura

contratar empresa para fazer o estudo técnico da prefeitura ou do turismo que cidade tem. Mas acho que foi um mal-entendido e penso que vamos terminar a reunião com isso absolutamente esclarecido.

Alguns deputados usaram algumas palavras que na hora acabou não soando muito bem, mas espero que eles tenham entendido aquele momento. Eu quero só somar com a fala do deputado Jorge Caruso, porque como presidente chega a mim diariamente... pela necessidade vou terminar como comecei essa nossa reunião, pela ansiedade de querer ajudar os municípios, fazer municípios de interesse turístico, ter um aporte maior.

Enfim, de que até o final do ano nessa possibilidade da secretaria, do turismólogo Vanilson, do grupo de trabalho, está aqui o Jarbas, também representando o grupo de trabalho. Possa ter dentro do possível da lei, deputado Caraméz está corretíssimo, tem que ser dentro da lei, não pode passar na frente, nem ter velocidade, nós todos temos que cumprir a lei. Aquilo que for possível para ainda este ano podermos, segundo a mesa e segundo o presidente da casa, aprovarmos talvez mais um lote desses motivos. Suas considerações finais, agradecimentos.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Essa é a intenção deputada. Agradeço a oportunidade de vir esclarecer. Acho que é um tema bastante importante. E a contribuição das opiniões, vamos sempre estar aperfeiçoando e melhorando o atendimento da secretaria, essa questão da transparência. Eventualmente até publicando os municípios que estão em análise. Mas agradeço a oportunidade e estamos à disposição dos deputados para qualquer outro esclarecimento e dúvidas que surgirem.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Muito obrigada. Eu quero só encerrar dizendo que nesta Casa, ao longo dos anos que estou aqui, todo dia vamos aprendendo. Se fosse uma comissão de educação, uma comissão de saúde ou comissão de transportes... deputado Caraméz conhece muito destas comissões, os demais deputados também. Que pudesse falar que teve um debate ou embate muito importante de outros temas eu ia entender. Mas é a primeira vez, deputado Sebastiao Santos, posso estar equivocada, pelo menos comigo, deputado João Caraméz que é da área também. É a primeira vez nos anos que estou aqui que vejo um debate em debate de turismo na CCJ, ou se fossem e outra, dessa magnitude. Onde assessorias de todos os partidos, deputados de todos os partidos. Enfim, o senhor chegou aqui 14 horas, são quase 17, não posso nem falar, já tinha que ter terminado a reunião, para não ficar nos anais da

Casa. Mas com a participação enorme das pessoas querendo discutir turismo. Eu quero encerrar dizendo para o meu querido Jarbas Favoretto, que é o nosso querido de todos aqui. Vale a luta dos seus 104 anos, 120, 150 nesta área de turismo, porque a coisa cresceu muito, evoluiu. E quando temos um governo como nós temos e um secretário como o secretário é... De fato, deputado Sebastiao Santos, suas palavras vêm ao encontro de todos nós. E eu só queria encerrar dizendo que o meu professor na faculdade dizia que nós conhecemos que o professor é bom quando o aluno supera o mestre. Leve um abraço a sua mãe e diga que ela sempre foi muito boa, mas o senhor está melhor ainda.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Obrigado, deputada. Imagina.

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Muito obrigada pela presença, estaremos novamente lhe convidando ano que vem. E qualquer dúvida dos nossos deputados, também estaremos enviando à secretaria para termos um apoio. M obrigada

O SR. FABRÍCIO COBRA - Obrigado, deputada, um prazer imenso

A SRA. PRESIDENTE – CÉLIA LEÃO – PSDB - Não havendo mais nada a ser tratado, agradecendo aos deputados. Cassio Navarro também presente, João Caraméz, Sebastiao Santos, Geraldo Cruz, Marco Vinholi, os demais deputados, assessorias presentes. Ao Vanislon, Jarbas Favoretto, nossa mídia e deputado Jorge Caruso também. Estão encerrados nossos trabalhos.

* * *